

An aerial photograph of the São Paulo City Hall (Prefeitura do Município de São Paulo) building, a large, light-colored, classical-style structure with many windows. The building is situated on a hillside, with dense green trees and vegetation to its left. To the right of the building is a wide, multi-lane road with a pedestrian walkway and a green-painted area. In the background, other city buildings are visible, including a tall skyscraper with a sign that reads "CORONAVIRUS PREVINA-SE". The overall scene is a mix of urban architecture and nature.

Prefeitura do Município de São Paulo
Departamento de Contadoria

Relatório Técnico do Balanço Geral de 2021

Relatório Técnico do Balanço Geral de 2021

Relatório
Técnico
sobre a
Prestação
de Contas



Publicação da Secretaria Municipal da Fazenda

São Paulo - março de 2022.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ricardo Nunes

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

Guilherme Bueno de Camargo

SECRETÁRIO ADJUNTO

Luis Felipe Vidal Arellano

CHEFE DE GABINETE

Evandro Luis Alpoim Freire

SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO MUNICIPAL – SUTEM

Henrique de Castilho Pinto

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTADORIA – DECON

Emerson Onofre Pereira

DIVISÃO DE CONTROLES CONTÁBEIS – DICOC

Renata Farias Freire de Souza

DIVISÃO DE CONTABILIDADE DE RECEITAS E DE IMPOSTO DE RENDA – DIGIR

Ana Paula Vieira da Silva

DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – DISEO

Iranice Aparecida Santos Ruivo

DIVISÃO DE CONTABILIDADE – DICON

José Carlos Palacios Munoz

DIVISÃO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS CONTÁBEIS – DIGER

Paulo Mauricio de Oliveira Duarte

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

EQUIPE TÉCNICA

Angela Cristina Schneider

Karen Cheda Ferreira

Marcia Correia Jusius

Marie Fuzikaua

Sumário

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO DO BALANÇO GERAL DE 2021	2
PRINCIPAIS DISPOSITIVOS LEGAIS	5
REFLEXOS DECORRENTES DA PANDEMIA DA COVID-19	6
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA COVID-19	6
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA COVID-19	7
ACOMPANHAMENTO DAS FONTES DE RECURSOS RELATIVAS À COVID-19	8
ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA	10
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	10
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	10
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	22
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	30
INDICADORES ORÇAMENTÁRIOS	31
ANÁLISE PATRIMONIAL	34
ATIVO	35
PASSIVO	45
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	51
SUPERAVIT FINANCEIRO.....	53
INDICADORES PATRIMONIAIS	55
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	56
ANÁLISE FINANCEIRA.....	59
INGRESSOS	59
DISPÊNDIOS	62
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA.....	64
FLUXOS DE CAIXA.....	65
INDICADORES FINANCEIROS E DE FLUXOS DE CAIXA.....	67
GESTÃO FISCAL.....	69
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.....	69
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	70
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	71
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	74
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	75
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	76
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR	77
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	78
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM	79
PRINCIPAIS DADOS APRESENTADOS PELA CGM EM 2021	79
PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2021	80
CONCLUSÃO	80

Apresentação do Relatório Técnico do Balanço Geral de 2021

Este Relatório tem como objetivo oferecer aos munícipes a instrumentalização do controle social, com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, utilizando uma linguagem simples e didática e fornecendo subsídios essenciais à análise e verificação dos resultados apresentados pela Prefeitura do Município de São Paulo no exercício de 2021, sob os aspectos patrimonial, financeiro e orçamentário.

O Departamento de Contadoria, integrante da Subsecretaria do Tesouro Municipal pertencente à Secretaria Municipal da Fazenda, na qualidade de órgão central de contabilidade, apresenta à sociedade e demais interessados a prestação de contas da Prefeitura do Município de São Paulo, na forma de Balanço Geral de 2021 em cumprimento ao inciso XI do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal.

O Balanço Geral retrata a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, refletindo a unificação orçamentária disposta no Orçamento Programa para o exercício financeiro de 2021 e abrange os órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e os órgãos do Poder Legislativo, a saber:

Administração Direta		Administração Indireta	
Poder Executivo	Qtd.	Poder Executivo	Qtd.
Secretarias	21	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município SP	1
Fundos	17	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	1
Subprefeituras	32	Cinema e Audiovisual de São Paulo	1
Controladoria Geral do Município	1	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	1
Procuradoria Geral do Município	1	Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	1
Encargos Gerais	1	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	1
		Fundo Municipal de Habitação	1
		Fundo Municipal de Limpeza Urbana	1
Poder Legislativo	Qtd.	Hospital do Servidor Público Municipal	1
Câmara Municipal de São Paulo	1	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	1
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	1	São Paulo Turismo	1
Respectivos Fundos	2	São Paulo Urbanismo	1
		Serviço Funerário do Município de São Paulo	1
		Total de 90 órgãos	

A partir do exercício de 2021, foram incluídas no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do Município de São Paulo, conforme Lei Orçamentária Anual nº 17.544/2020: a empresa municipal Cinema e Audiovisual de São Paulo – SPCine, tornando-se oficialmente empresa municipal dependente¹ e a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo, denominada SP Regula, autarquia municipal criada pela Lei nº 17.433 de 29 de julho de 2020 e regulamentada pelo Decreto nº 60.173 de 13 de abril de 2021.

¹ Considera-se dependente a empresa que recebe recursos financeiros, em forma de subsídio, para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

No presente orçamento não constou dotação orçamentária para a Autarquia Hospitalar Municipal – AHM, embora tenha obtido receitas advindas de rendimentos de aplicação financeira, contudo cumpre ressaltar que a AHM encontra-se em processo de extinção, conforme artigo 45 da Lei nº 17.433/2020 e fica evidenciado que o Executivo disporá, mediante decreto, sobre a transferência gradual da estrutura, bens patrimoniais, pessoal, cargos, serviços, contratos, acervo e recursos orçamentários da autarquia (regulamentado pelo Decreto nº 59.685/2020). Os equipamentos e serviços de saúde da Autarquia Hospitalar Municipal serão absorvidos pela Secretaria Municipal da Saúde.

O Balanço Geral encontra-se em pleno acordo com as normas de direito financeiro estabelecidas pela Lei nº 4.320/64, com as diretrizes fixadas pela Lei Complementar nº 101/2000 e com as disposições gerais contidas no Decreto Municipal nº 60.052, de 14 de janeiro de 2021 e alterações, relativas às normas referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial para o exercício de 2021 e no Decreto Municipal nº 60.777, de 17 de novembro de 2021 e alterações, que dispôs sobre o encerramento do exercício orçamentário de 2021 das Administrações Direta e Indireta.

Este Relatório inclui as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP 8ª edição e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCTSP, compostas por:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas.

Os dados para a elaboração do Balanço Geral do Município de São Paulo foram obtidos da escrituração realizada pelos órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta no Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, em conformidade com o plano de contas único deste Município, o qual se encontra em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Neste Relatório está evidenciado o cumprimento das metas de resultados de receitas e despesas conforme a Lei Municipal nº 16.773, de 27 de dezembro de 2017, que dispôs sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, Lei Municipal nº 17.469 de 16 de setembro de 2020, que dispôs sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 e Lei Municipal nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, que estimou a receita e fixou as despesas para o exercício de 2021. Nos demonstrativos fiscais estão compreendidos os Resultados

Primário e Nominal, a Receita Corrente Líquida, a Despesa com Pessoal e a Aplicação de Recursos na Educação e na Saúde.

As adaptações e implantações de políticas contábeis para atendimento aos processos de padronização com vistas à consolidação nacional das contas públicas e de convergência às normas internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) vêm ocorrendo de forma gradual neste Município com base no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, anexo à Portaria STN nº 548 de 2015. Em consequência, foram realizados estudos, discussões e melhorias de processos, detalhados nas Notas Explicativas deste Relatório.

Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, esta Prestação de Contas encontra-se disponível no Portal da Secretaria Municipal da Fazenda².

² Endereço eletrônico: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/contaspublicas>

Principais Dispositivos Legais

Na execução do orçamento do exercício de 2021, bem como nos demais eventos contábeis, foram observados as Normas, os Princípios de Contabilidade e os dispositivos legais a seguir relacionados e suas alterações:

- Lei Federal nº 4.320/1964, que estatuiu normas gerais de Direito Financeiro, aplicáveis a todas as esferas da Administração Pública;
- Lei Complementar nº 101/2000, que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo, que dispôs sobre a Constituição Municipal;
- Lei Municipal nº 16.773/2017, que dispôs sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021;
- Lei Municipal nº 17.469/2020, que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021;
- Lei Municipal nº 17.544/2020, que estimou a receita e fixou a despesa para o exercício de 2021;
- Decreto Municipal nº 60.052/2021 e alterações, que fixou normas para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2021;
- Decreto Municipal nº 60.777/2021, que dispôs sobre o encerramento do exercício orçamentário de 2021;
- Portaria MPS nº 509/2013, que dispôs sobre o Regime Próprio da Previdência Social;
- Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações, que dispôs sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências;
- Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/2018, Portaria Conjunta STN/PREV nº 07/2018 e Portaria STN nº 877/2018, que aprovaram a 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e deram outras providências;
- Portaria STN nº 548/2015, que dispôs sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas, sob a mesma base conceitual;
- Portaria STN nº 375/2020, que aprovou a 11ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF);
- Portaria STN nº 896/2017, que estabeleceu regras acerca da periodicidade, formato e sistema relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais dos entes da Federação.

Reflexos decorrentes da Pandemia da Covid-19

Em março de 2020 a doença causada pela Covid-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia e, desde então, os reflexos dela decorrentes são observados no mundo todo.

Diversas medidas foram adotadas para o enfrentamento da pandemia, com destaque para o desenvolvimento de vários tipos de vacinas que atuam na prevenção e têm como objetivo induzir a resposta imunológica do organismo para que produza defesas contra a Covid-19. A Campanha de Vacinação contra a Covid-19 teve início em 19 de janeiro de 2021 na cidade de São Paulo.

Durante os exercícios de 2020 e 2021 houve publicação de diversos normativos (municipais, estaduais e federais) que estão disponibilizados pela Controladoria Geral do Município no tópico denominado Transparência Covid-19, no Portal da Transparência Municipal³, onde, também, a Prefeitura de São Paulo divulga informações específicas a respeito das medidas adotadas para o combate da Covid-19, incluindo as contratações emergenciais, doações recebidas, empenhos, legislações, campanhas institucionais, entre outros.

Receitas Orçamentárias relativas ao enfrentamento da Covid-19

No decorrer do exercício de 2021, houve o recebimento de diversas transferências correntes e de capital, de origem Federal, Estadual, de Outras Instituições Públicas, dentre outras, relacionadas ao enfrentamento da Covid-19, que totalizaram R\$ 793,1 milhões e estão detalhadas a seguir:

em R\$			
Transferências Recebidas - Covid-19	Receitas Correntes	Receitas de Capital	Total
Transferências da União	543.449.598,44	10.678.434,00	554.128.032,44
Transf. Recursos do SUS - Bloco Custeio - Fundo a Fundo	543.449.598,44	-	543.449.598,44
Transf. Recursos do SUS - Bloco Investimento	-	10.678.434,00	10.678.434,00
Transferências dos Estados	235.049.830,94	-	235.049.830,94
Transf. Recursos p/ Programas Saúde - Repasse Fundo a Fundo	235.049.830,94	-	235.049.830,94
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.154.906,50	-	3.154.906,50
Transf. MP-SP/TJESP X FMS	2.261.354,21	-	2.261.354,21
Transf. MPU/MPT X FMS	893.552,29	-	893.552,29
Demais Transferências	803.070,12	-	803.070,12
Doações Não Identificadas - Cidade Solidária - SMDHC	580.993,83	-	580.993,83
Juros e Correções Monetárias	222.076,29	-	222.076,29
Total	782.457.406,00	10.678.434,00	793.135.840,00

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Comparando as transferências recebidas em 2021 com o exercício anterior, observa-se uma redução de R\$ 1,6 bilhão, a seguir demonstradas:

³ Endereço eletrônico:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/controladoria_geral/transparencia_covid19/

em R\$

Transferências Recebidas - Covid-19	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação R\$	Variação %
Transferências da União	554.128.032,44	2.222.624.248,28	(1.668.496.215,84)	-75,1%
Transferências dos Estados	235.049.830,94	124.332.291,36	110.717.539,58	89,0%
Transferências dos Municípios	-	53.480.001,91	(53.480.001,91)	-100,0%
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.154.906,50	1.945.514,31	1.209.392,19	62,2%
Demais Transferências	803.070,12	712.902,66	90.167,46	12,6%
Total	793.135.840,00	2.403.094.958,52	(1.609.959.118,52)	-67,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Despesas Orçamentárias relativas ao enfrentamento da Covid-19

Para fins de rastreamento da alocação dos recursos orçamentários no enfrentamento da Covid-19, sem comprometer os controles existentes nas Unidades Orçamentárias da Prefeitura do Município de São Paulo, a Subsecretaria do Tesouro Municipal, pertencente à Secretaria da Fazenda, publicou as Portarias SF/SUTEM nº 4, de 28/04/2020, nº 5, de 12/05/2020, e nº 6, de 02/10/2020, que dispuseram sobre o processamento de Notas de Empenho no Sistema de Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, relacionadas ao referido enfrentamento, com a definição dos seguintes procedimentos em seu Art. 2º:

Art. 2º Quando a Unidade Orçamentária processar Nota de Empenho - NE, no Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, relacionada ao enfrentamento da citada pandemia, deverá constar, inicialmente no campo Histórico, a seguinte indicação:

I – **Covid19p** + [o complemento da unidade]: Quando se tratar de utilização parcial dos recursos, no enfrentamento da Covid19;

II – **Covid19i** + [o complemento da unidade]: Quando se tratar de utilização integral dos recursos, no enfrentamento da Covid19.

No exercício de 2021, as Notas de Empenho contendo no campo Histórico as palavras Covid19i ou Covid19p totalizaram, respectivamente, R\$ 3,4 bilhões e R\$ 0,5 bilhão, correspondendo a R\$ 3,8 bilhões:

em R\$

Despesas Empenhadas - Covid19	Covid19i (Integral)	Covid19p (Parcial) *	Total	% s/ Total
Prefeitura do Município de São Paulo	3.378.379.236,38	398.800.174,22	3.777.179.410,60	98,2%
Serviço Funerário do Município de São Paulo	2.839.163,90	50.969.668,74	53.808.832,64	1,4%
São Paulo Turismo	11.881.402,81	1.328.233,37	13.209.636,18	0,3%
Hospital do Servidor Público Municipal	2.874.964,50	112.488,00	2.987.452,50	0,1%
Autoridade Mun. de Limp. Urbana	39.918,39	123.822,75	163.741,14	0,0%
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	60.648,50	-	60.648,50	0,0%
Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	10.856,65	-	10.856,65	0,0%
Companhia Metropolitana de Habitação de SP	-	7.579,00	7.579,00	0,0%
São Paulo Urbanismo	-	3.559,92	3.559,92	0,0%
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	-	2.100,00	2.100,00	0,0%
Total	3.396.086.191,13	451.347.626,00	3.847.433.817,13	100,0%

* "Covid19p" (correspondente aos recursos orçamentários parcialmente destinados ao combate da pandemia, porém nesta categoria são indicados os valores totais das despesas, sendo inviável segregar a parte destinada especificamente ao enfrentamento da pandemia)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Comparando as despesas empenhadas em 2021 com o exercício anterior, relativas ao enfrentamento da Covid-19, observa-se uma redução de R\$ 2,7 bilhões, conforme quadro a seguir:

em R\$

Despesas Empenhadas - Covid-19	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação R\$	Variação %
Covid19i (Integral)	3.396.086.191,13	3.088.224.441,25	307.861.749,88	10,0%
Covid19p (Parcial) *	451.347.626,00	3.506.816.879,26	(3.055.469.253,26)	-87,1%
Total	3.847.433.817,13	6.595.041.320,51	(2.747.607.503,38)	-41,7%

* Covid19p (correspondente aos recursos orçamentários parcialmente destinados ao combate da pandemia, porém nesta categoria são indicados os valores totais das despesas, sendo inviável segregar a parte destinada especificamente ao enfrentamento da pandemia)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Acompanhamento das Fontes de Recursos relativas à Covid-19

Em 17 de julho de 2020, a Secretaria do Tesouro Nacional publicou a Portaria nº 394, estabelecendo o rol mínimo de fontes de recursos a ser observado na Federação para identificação dos recursos de natureza federal vinculados a ações e serviços públicos de saúde repassados, a título de transferências obrigatória e voluntária, para enfrentamento da Covid-19.

As movimentações ocorridas no exercício de 2021 nas fontes de recursos relativas à Covid-19 demonstram que as receitas realizadas totalizaram R\$ 554,1 milhões e as despesas empenhadas R\$ 562,4 milhões e, na comparação com o exercício anterior, observam-se aumentos de 29,6% nas receitas e de 63,1% nas despesas destas fontes:

em R\$

Receitas Realizadas	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação R\$	Variação %
Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	543.449.598,44	335.525.438,28	207.924.160,16	62,0%
Transf. Fed. - Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	10.678.434,00	3.375.769,00	7.302.665,00	216,3%
Transf. Fed. - Convênios/Contratos Covid Saúde	-	-	-	0,0%
Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I	-	88.655.893,29	(88.655.893,29)	-100,0%
Total	554.128.032,44	427.557.100,57	126.570.931,87	29,6%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Despesas Empenhadas	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação R\$	Variação %
Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	556.215.296,87	258.447.420,40	297.767.876,47	115,2%
Transf. Fed. - Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	6.042.887,83	-	6.042.887,83	0,0%
Transf. Fed. - Convênios/Contratos Covid Saúde	-	-	-	0,0%
Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I	181.437,00	86.301.860,75	(86.120.423,75)	-99,8%
Total	562.439.621,70	344.749.281,15	217.690.340,55	63,1%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Análise Orçamentária

Lei Orçamentária Anual - LOA

A Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, estimou a receita e fixou a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2021 no montante de R\$ 67,96 bilhões, compreendendo o orçamento fiscal dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta. A receita estimada e a despesa fixada conforme suas categorias econômicas são apresentadas a seguir:

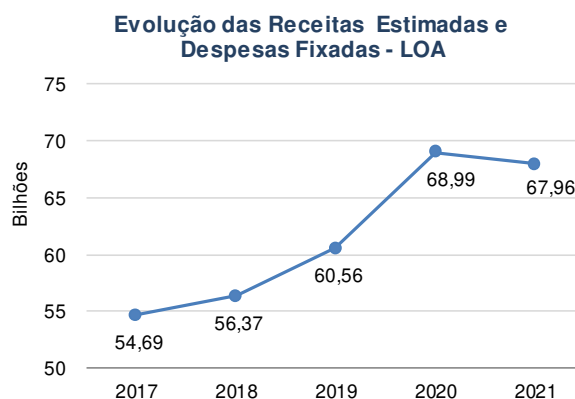
Receita Estimada			Despesa Fixada		
Receitas Correntes	R\$	63.264.650.068	Despesas Correntes	R\$	59.276.465.438
Receitas de Capital	R\$	4.649.494.076	Despesas de Capital	R\$	8.686.241.382
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (RAEA)	R\$	48.563.676	Reserva de Contingência	R\$	1.000
Total	R\$	67.962.707.820	Total	R\$	67.962.707.820

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nos últimos cinco exercícios as receitas previstas e despesas fixadas nas Leis Orçamentárias Anuais apresentaram a evolução a seguir, onde destacamos uma redução de 1,5% para o exercício de 2021, se comparado ao exercício anterior:

Ano	LOA	% Variação
2017	R\$ 54.694.563.143	-
2018	R\$ 56.370.560.562	3,1%
2019	R\$ 60.563.450.056	7,4%
2020	R\$ 68.989.440.667	13,9%
2021	R\$ 67.962.707.820	-1,5%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Receita Orçamentária

São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício, constituindo fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações, com a finalidade de atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

No exercício de 2021, a previsão atualizada das receitas totalizou R\$ 72,6 bilhões, considerando as reestimativas ocorridas na empresa PMSP, no montante de R\$ 4,66 bilhões, cujo detalhamento consta das Notas Explicativas deste Relatório.

A receita orçamentária realizada no exercício de 2021 alcançou o montante de R\$ 76,7 bilhões, demonstrando um excesso de arrecadação de R\$ 4,1 bilhões comparada à previsão atualizada. A Administração Direta participou com 93,0% do total arrecadado e a Indireta com 7,0%.

Receitas	Previsão Inicial *		Reestimativas de Receita		Previsão Atualizada *
Administração Direta	R\$ 61.937.843.727		R\$ 4.657.014.224		R\$ 66.594.857.951
Administração Indireta	R\$ 5.976.300.417	+	R\$ -	=	R\$ 5.976.300.417
Total	R\$ 67.914.144.144		R\$ 4.657.014.224		R\$ 72.571.158.368

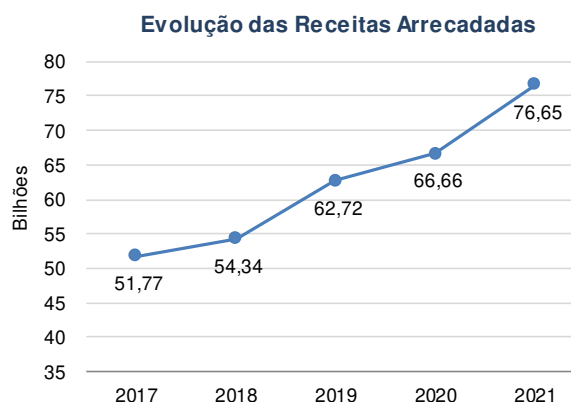
* Desconsideramos das colunas Previsão Inicial e Previsão Atualizada o montante R\$ 48.563.676,00 de Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (RAEA)

Receitas	Previsão Atualizada *		Receita Realizada		Excesso de Arrecadação
Administração Direta	R\$ 66.594.857.951		R\$ 71.318.811.974		R\$ 4.723.954.023
Administração Indireta	R\$ 5.976.300.417	-	R\$ 5.331.883.915	=	-R\$ 644.416.502
Total	R\$ 72.571.158.368		R\$ 76.650.695.889		R\$ 4.079.537.521

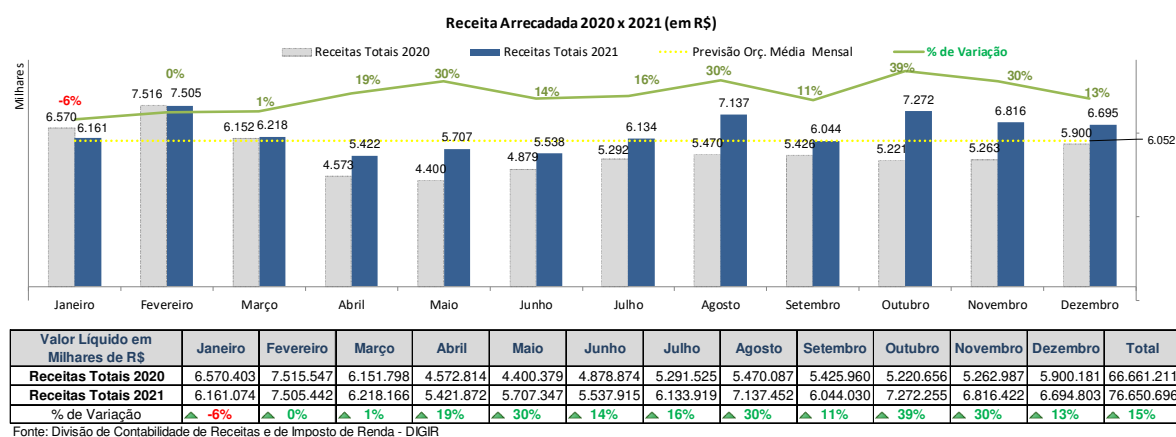
Nos últimos cinco exercícios a receita orçamentária apresentou a evolução a seguir, onde destacamos um aumento de 15,0% nas receitas realizadas do exercício de 2021, se comparado ao exercício anterior:

Ano	Receitas Arrecadadas	% Variação
2017	R\$ 51.768.085.786	-
2018	R\$ 54.338.012.265	5,0%
2019	R\$ 62.716.982.200	15,4%
2020	R\$ 66.661.210.628	6,3%
2021	R\$ 76.650.695.889	15,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Em uma análise mais detalhada das receitas orçamentárias por mês de arrecadação, observa-se que apenas nos meses de janeiro e fevereiro/21 a arrecadação do ano foi inferior a 2020, nos demais meses do ano a arrecadação superou o exercício anterior, com ênfase para o mês de outubro/21 cujo aumento foi de 39%:



Classificação da Receita Orçamentária por Natureza

Com a finalidade de possibilitar a identificação detalhada dos recursos que ingressaram nos cofres públicos, a classificação da receita orçamentária, conforme sua natureza, subdivide-se em: Categoria Econômica, Origem, Espécie, Desdobramento para Identificação das Peculiaridades e Tipo. Quanto à Categoria Econômica, as receitas orçamentárias classificam-se em Receitas Correntes e Receitas de Capital.

O quadro a seguir demonstra as receitas realizadas no exercício de 2021, segregadas por categoria econômica, indicando que a arrecadação das Receitas Correntes representou 95,4% do total arrecadado e excedeu a previsão atualizada em R\$ 5,2 bilhões. As Receitas de Capital representaram 4,6% deste total, cuja arrecadação ficou abaixo do previsto em R\$ 1,1 bilhão:

em R\$					
Receitas Orçamentárias	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	% Realizada	% s/ Total
Receitas Correntes	67.909.982.964,25	73.089.582.757,91	5.179.599.793,66	107,6%	95,4%
Receita Tributária	39.506.866.219,73	43.771.345.858,79	4.264.479.639,06	110,8%	57,1%
Receita de Contribuições	5.699.102.296,00	5.149.675.966,26	(549.426.329,74)	90,4%	6,7%
Receita Patrimonial	1.746.895.457,00	1.716.641.264,82	(30.254.192,18)	98,3%	2,2%
Receita Agropecuária	-	-	-	0,0%	0,0%
Receita Industrial	-	-	-	0,0%	0,0%
Receita de Serviços	434.417.334,00	289.771.869,66	(144.645.464,34)	66,7%	0,4%
Transferências Correntes	18.403.095.256,03	20.346.013.939,21	1.942.918.683,18	110,6%	26,5%
Outras Receitas Correntes	2.119.606.401,49	1.816.133.859,17	(303.472.542,32)	85,7%	2,4%
Receitas de Capital	4.661.175.403,77	3.561.113.131,13	(1.100.062.272,64)	76,4%	4,6%
Operações de Crédito	1.031.384.363,00	122.178.048,70	(909.206.314,30)	11,8%	0,2%
Alienação de Bens	592.294.897,00	98.215.702,11	(494.079.194,89)	16,6%	0,1%
Amortizações de Empréstimos	21.465.394,00	21.443.316,16	(22.077,84)	99,9%	0,0%
Transferências de Capital	858.069.829,77	657.132.979,69	(200.936.850,08)	76,6%	0,9%
Outras Receitas de Capital	2.157.960.920,00	2.662.143.084,47	504.182.164,47	123,4%	3,5%
Total	72.571.158.368,02	76.650.695.889,04	4.079.537.521,02	105,6%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Para uma análise mais detalhada da realização da receita orçamentária, foram segregadas as receitas de operações intraorçamentárias, que são aquelas realizadas entre órgãos e demais

entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social do mesmo ente, as quais totalizaram o montante de R\$ 2,8 bilhões e representaram 4% do total das receitas arrecadadas.

Observando a arrecadação das receitas no exercício de 2021, verifica-se que as deduções totalizaram R\$ 2,9 bilhões e representaram 4% da receita bruta total:

Receitas Realizadas	Receita Bruta (Exceto Intraorçamentárias)		Receita Bruta Intraorçamentárias		Total Receita Bruta		(-) Deduções		Total Receita Líquida
Receitas Correntes	R\$ 73.208.022.092		R\$ 2.746.162.570		R\$ 75.954.184.662		-R\$ 2.864.601.905		R\$ 73.089.582.758
Receitas de Capital	R\$ 3.486.500.672	+	R\$ 75.700.000	=	R\$ 3.562.200.672	-	-R\$ 1.087.541	=	R\$ 3.561.113.131
Total	R\$ 76.694.522.765		R\$ 2.821.862.570		R\$ 79.516.385.335		-R\$ 2.865.689.446		R\$ 76.650.695.889
% s/ Receita Bruta Total	96%		4%		100%		-4%		96%

No comparativo das receitas orçamentárias arrecadadas nos exercícios 2020 e 2021, segregadas pela Categoria Econômica e Origem, observou-se um aumento de 14,4% nas Correntes e de 29,5% nas receitas de Capital, conforme demonstrado a seguir:

em R\$				
Receitas Orçamentárias	Receitas Realizadas 2021	Receitas Realizadas 2020	Variação R\$	Variação %
Receitas Correntes	73.089.582.757,91	63.911.412.391,83	9.178.170.366,08	14,4%
Receita Tributária	43.771.345.858,79	35.352.922.853,57	8.418.423.005,22	23,8%
Receita de Contribuições	5.149.675.966,26	5.169.624.183,50	(19.948.217,24)	-0,4%
Receita Patrimonial	1.716.641.264,82	2.487.234.580,82	(770.593.316,00)	-31,0%
Receita de Serviços	289.771.869,66	454.257.360,63	(164.485.490,97)	-36,2%
Transferências Correntes	20.346.013.939,21	18.893.713.493,78	1.452.300.445,43	7,7%
Outras Receitas Correntes	1.816.133.859,17	1.553.659.919,53	262.473.939,64	16,9%
Receitas de Capital	3.561.113.131,13	2.749.798.236,09	811.314.895,04	29,5%
Operações de Crédito	122.178.048,70	510.196.840,17	(388.018.791,47)	-76,1%
Alienação de Bens	98.215.702,11	50.295.488,01	47.920.214,10	95,3%
Amortizações de Empréstimos	21.443.316,16	20.501.527,73	941.788,43	4,6%
Transferências de Capital	657.132.979,69	751.796.597,54	(94.663.617,85)	-12,6%
Outras Receitas de Capital	2.662.143.084,47	1.417.007.782,64	1.245.135.301,83	87,9%
Total	76.650.695.889,04	66.661.210.627,92	9.989.485.261,12	15,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destacam-se as seguintes variações:

Receitas Correntes:

- i) Receitas Tributárias com variação positiva de 23,8%, no montante de R\$ 8,42 bilhões, decorrente do aumento nas arrecadações de ISS, IPTU e ITBI, cujos percentuais de crescimento representaram 30,9%, 14,1% e 41,7%, respectivamente;
- ii) Receitas Patrimoniais com variação negativa de 31,0%, pois no exercício anterior houve o recebimento de R\$ 930 milhões decorrente da Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal;

- iii) Transferências Correntes com aumento de 7,7%, decorrente do crescimento nas transferências recebidas do Estado (Cota-Parte do ICMS e Cota-Parte do IPI) e na transferência do FUNDEB.

Receitas de Capital:

- i) Alienação de Bens com aumento de 95,3%, decorrente das rubricas de Alienação de Bens Imóveis do IPREM relativas ao terreno e ao prédio comercial que totalizaram R\$ 75,7 milhões;
- ii) Outras Receitas de Capital com variação positiva 87,9%, decorrente do aumento das receitas com Depósitos Judiciais referentes à Lei Complementar nº 151/201, no montante de R\$ 779,5 milhões.

Receitas Correntes

As Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro e aumentam as disponibilidades financeiras do Município, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido. Constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

em R\$	
Receitas Correntes	Exercício 2021
Receita Tributária	43.771.345.858,79
Receita de Contribuições	5.149.675.966,26
Receita Patrimonial	1.716.641.264,82
Receita de Serviços	289.771.869,66
Transferências Correntes	20.346.013.939,21
Outras Receitas Correntes	1.816.133.859,17
Total	73.089.582.757,91

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2021 as Receitas Correntes alcançaram o montante de R\$ 73,1 bilhões e os maiores destaques de participação foram as Receitas Tributárias com 60% e as Transferências Correntes com 28%, ambas equivaleram a 88% do total desta categoria de receita e serão detalhadas nos tópicos a seguir.

Receita Tributária

Tributo é uma das origens da Receita Corrente na Classificação Orçamentária por Categoria Econômica. Quanto à procedência, trata-se de receita derivada, cuja finalidade é obter recursos financeiros para o Município custear as atividades que lhe são correlatas.

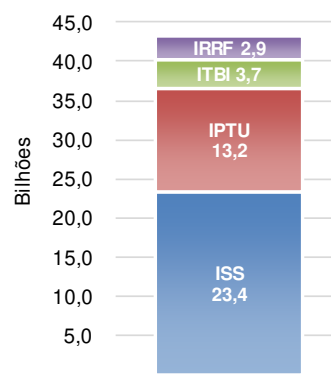
Em 2021, a Receita Tributária foi a principal fonte de recurso para a formação da Receita Orçamentária da Municipalidade e atingiu o montante de R\$ 43,8 bilhões. Comparado ao total arrecadado em 2020 de R\$ 35,4 bilhões, houve um aumento de R\$ 8,4 bilhões, representando uma variação positiva de 23,8%. As receitas tributárias segregam-se nas seguintes rubricas:

em R\$

Receitas Tributárias	Exercício 2021
ISS	23.362.574.431,46
IPTU	13.208.107.403,29
ITBI	3.685.578.205,74
IRRF	2.925.640.151,63
Taxas	579.786.487,94
Contribuição de Melhoria	452.518,29
Outros Impostos	9.206.660,44
Total	43.771.345.858,79

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Principais Receitas Tributárias



- **ISS** - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza alcançou o montante de R\$ 23,4 bilhões, equivalente a 53% do total das Receitas Tributárias, com crescimento de 31% na arrecadação, em comparação a 2020;
- **IPTU** - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana atingiu o montante R\$ 13,2 bilhões, equivalente a 30% do total das Receitas Tributárias, com crescimento de 14% na arrecadação, em comparação a 2020;
- **ITBI** - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis atingiu o montante de R\$ 3,7 bilhões, equivalente a 8% das Receitas Tributárias, com crescimento de 42% em comparação a 2020.
- **IRRF** - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte alcançou o montante de R\$ 2,9 bilhões, equivalente a 7% das Receitas Tributárias, com crescimento de 4% na arrecadação, em comparação a 2020;

Transferências Correntes

Sob a ótica orçamentária, as Transferências Correntes são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas de manutenção ou de funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência.

As Transferências Correntes atingiram o montante de R\$ 20,3 bilhões e apresentaram um aumento de 7,7% na comparação com o exercício anterior. Estão segregadas nas seguintes rubricas:

em R\$				
Transferências Correntes	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação R\$	Variação %
Transf. da União	4.176.103.030,99	5.653.649.337,74	(1.477.546.306,75)	-26,1%
Transf. dos Estados	10.249.838.066,27	8.430.173.638,13	1.819.664.428,14	21,6%
Transf. dos Municípios	-	53.480.001,91	(53.480.001,91)	-100,0%
Transf. de Outras Instituições Públicas	5.852.259.811,50	4.671.675.301,02	1.180.584.510,48	25,3%
Transf. de Instituições Privadas	38.918.499,13	41.032.135,57	(2.113.636,44)	-5,2%
Transf. de Pessoas Físicas	27.538.357,20	43.051.544,80	(15.513.187,60)	-36,0%
Demais Transferências	1.356.174,12	651.534,61	704.639,51	108,2%
Total	20.346.013.939,21	18.893.713.493,78	1.452.300.445,43	7,7%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- **Transferências da União** – alcançaram o montante de R\$ 4,2 bilhões, representando 21% do total das transferências correntes recebidas no exercício e apresentaram uma variação negativa de R\$ 1,5 bilhão, se comparado ao exercício de 2020. Com destaque para redução nas transferências recebidas para o combate da Covid-19 que em 2020 totalizaram R\$ 2,2 bilhões e em 2021 totalizaram R\$ 543,4 milhões:

em R\$			
Transferências da União	Exercício 2021		
Recursos do SUS - Saúde	2.968.345.985,16		
Recursos para Educação	730.068.649,28		
Cota-Parte (Tributos Diversos)	365.593.222,76		
Outras Transf. União	64.813.922,72		
Recursos para Assistência Social	39.138.978,42		
Convênios com a União	8.142.272,65		
Total	4.176.103.030,99		

em R\$	
Recursos para Combate ao Covid-19	Exercício 2021
Transf. Recursos do SUS - Bloco	543.449.598,44
Custeio - Fundo a Fundo	
Total	543.449.598,44

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- **Transferências dos Estados** – atingiram o montante R\$ 10,2 bilhões, representando 50% do total das transferências correntes recebidas em 2021, com ênfase para a Cota-Parte do ICMS que totalizaram R\$ 7,5 bilhões e a Cota-Parte do IPVA com R\$ 2,3 bilhões. As transferências recebidas dos Estados para o enfrentamento da Covid-19 totalizaram R\$ 235 milhões, conforme quadro apresentado a seguir:

em R\$			
Transferências dos Estados	Exercício 2021		
Cota-Parte do ICMS	7.494.950.555,44		
Cota-Parte do IPVA	2.313.477.085,81		
Prog. Saúde Rep. Fundo a Fundo	235.049.830,94		
Cota-Parte do IPI	56.088.982,96		
Convênios com Estados	63.151.000,00		
Transf. à Assistência Social	45.843.140,96		
Cota-Parte Royalties Petróleo	27.034.332,82		
Demais Transferências	14.243.137,34		
Total	10.249.838.066,27		

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

em R\$			
Recursos para Combate ao Covid-19	Exercício 2021		
Transf. Recursos p/ Programas Saúde - Repasse Fundo a Fundo	235.049.830,94		
Total	235.049.830,94		

- **Transferências de Outras Instituições Públicas** – o montante de R\$ 5,9 bilhões recebidos em 2021 refere-se, quase em sua totalidade, às Transferências de Recursos do FUNDEB. Destacamos neste grupo o valor de R\$ 3,2 milhões relacionado ao enfrentamento da Covid-19:

em R\$			
Transferências de Outras Instituições Públicas	Exercício 2021		
Transf. do FUNDEB - Estado	5.367.088.794,58		
Transf. do FUNDEB - União	482.016.110,42		
Transf. MP-SP/TJESP X FMS - COVID-19	2.261.354,21		
Transf. MPU/MPT X FMS - COVID 19	893.552,29		
Total	5.852.259.811,50		

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

em R\$			
Recursos para Combate ao Covid-19	Exercício 2021		
Transf. MP-SP/TJESP X FMS - COVID-19	2.261.354,21		
Transf. MPU/MPT X FMS - COVID 19	893.552,29		
Total	3.154.906,50		

Outras Receitas Correntes

Este grupo contempla as Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais, Multas de Trânsito, Indenizações, Restituições e Ressarcimentos, entre outras.

em R\$			
Outras Receitas Correntes	Exercício 2021		
Multas Administrativas, Contrat. e Judiciais	991.102.347,86		
Multas de Trânsito - DSV	722.130.252,79		
Demais Multas	268.972.095,07		
Indenizações, Restituiç. e Ressarcimentos	165.588.627,25		
Bens, Direitos e Valores incorp. ao Patrimônio	2.598.140,00		
Outras Receitas Correntes	656.844.744,06		
Honorários de Advogados	528.501.977,33		
Demais Receitas	128.342.766,73		
Total	1.816.133.859,17		

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2021 este grupo totalizou R\$ 1,8 bilhão de arrecadação, com destaque para as Multas de Trânsito – DSV que totalizaram, aproximadamente R\$ 722,1 milhões, representando 40% do montante deste grupo.

- **Dívida Ativa**

Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez, conforme definição do MCASP – 8ª edição.

As arrecadações de receitas correntes do exercício contemplaram os valores Principal + Juros e Multas + Dívida Ativa + respectivos Juros e Multas sobre a Dívida Ativa. Na comparação do montante arrecadado de R\$ 73,1 bilhões com receitas correntes, a arrecadação da dívida ativa e seus respectivos juros e multas representaram 4,5% deste total, correspondendo a R\$ 2,4 bilhões com o Principal da Dívida Ativa e R\$ 0,8 bilhão com os juros e multas, conforme demonstrado a seguir:

Natureza da Receita	Dívida Ativa (Principal)		Dívida Ativa (Juros e Multas)		Total
IPTU	R\$ 1.356.947.489		R\$ 336.072.720		R\$ 1.693.020.209
ISS	R\$ 852.479.409		R\$ 425.717.145		R\$ 1.278.196.555
ITBI	R\$ 56.823.453	+	R\$ 23.160.232	=	R\$ 79.983.685
Multas SMSUB	R\$ 90.747.293		R\$ 24.715.571		R\$ 115.462.864
Taxas de Fiscaliz. e de Resíduos	R\$ 50.245.445		R\$ 23.897.575		R\$ 74.143.020
Outros Impostos e Taxas	R\$ 26.561.306		R\$ 9.610.822		R\$ 36.172.128
Total	R\$ 2.433.804.396		R\$ 843.174.066		R\$ 3.276.978.461

Em uma análise detalhada dos montantes arrecadados no exercício com a Dívida Ativa e seus respectivos Juros e Multas, observa-se que o imposto com maior destaque foi o IPTU representando 52% do total da dívida ativa e o ISS representando 39%.

- **Programas de Parcelamento**

No exercício de 2021, as arrecadações com Programas de Parcelamentos totalizaram R\$ 3,4 bilhões, contemplando valores principais dos tributos e valores inscritos em Dívida Ativa, com respectivos juros e multas, além de honorários de advogados e demais custas.

Detalhando os valores correspondentes à arrecadação em 2021 com os Programas de Parcelamento pela natureza das receitas, observa-se que o ISS correspondeu a 45% do total e o IPTU a 34% do montante arrecadado, conforme demonstrado a seguir:

Parcelamento - Natureza da Receita	Valor Principal + Juros e Multas		Dívida Ativa + Juros e Multas		Total
ISS	R\$ 406.204.408		R\$ 1.120.615.042		R\$ 1.526.819.450
IPTU	R\$ 101.306.809		R\$ 1.034.867.634		R\$ 1.136.174.444
ITBI	R\$ 24.421.909		R\$ 70.030.779		R\$ 94.452.687
Taxas	R\$ 26.173.887	+	R\$ 46.039.953	=	R\$ 72.213.840
Multas SMSUB	R\$ -		R\$ 18.255.642		R\$ 18.255.642
Honorários Advocáticos	R\$ 428.170.987		R\$ -		R\$ 428.170.987
Demais Receitas	R\$ 29.665.382		R\$ 84.695.753		R\$ 114.361.135
Total	R\$ 1.015.943.382		R\$ 2.374.504.804		R\$ 3.390.448.186

Os principais programas de parcelamento estão demonstrados a seguir:

em R\$

Parcelamentos	Exercício 2021
PPI	2.706.125.366,20
PAT	145.022.588,28
PRD	92.563.738,32
PIME	17.132.615,84
Honorários Advocáticos	428.170.986,76
Demais	1.432.890,38
Total	3.390.448.185,78

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- Programa de Parcelamento Incentivado – PPI – representou 80% do total arrecadado;
- Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários – PAT – totalizou 4% do total;
- Programa de Regularização de Débitos – PRD – totalizou 3% do total;

Receitas de Capital

As Receitas Orçamentárias de Capital aumentam as disponibilidades financeiras do Município, mas, em geral, não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido. São provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão em espécie e em bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atenderem despesas classificáveis em Despesas de Capital.

em R\$

Receitas de Capital	Exercício 2021
Operações de Crédito	122.178.048,70
Alienação de Bens	98.215.702,11
Amortização de Empréstimos	21.443.316,16
Transferências de Capital	657.132.979,69
Outras Receitas de Capital	2.662.143.084,47
Total	3.561.113.131,13

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2021 as Receitas de Capital alcançaram o montante de R\$ 3,6 bilhões e os maiores destaques de participação foram as Outras Receitas de Capital com 75% e as Transferências de Capital com 18%, ambas equivaleram a mais de 93% do total desta categoria de receita e serão detalhadas nos tópicos a seguir.

Transferências de Capital

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados ao atendimento de despesas em investimentos ou inversões financeiras, com intuito de satisfazer finalidade pública específica, sem corresponder a contraprestação direta ao ente transferidor.

As Transferências de Capital atingiram o montante de R\$ 657,1 milhões e apresentaram uma redução de 12,6% na comparação com o exercício anterior e estão segregadas nas seguintes rubricas:

em R\$				
Transferências de Capital	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação R\$	Variação %
Transf. da União	80.239.956,04	251.304.508,29	(171.064.552,25)	-68,1%
Transf. dos Estados	573.370.616,05	497.817.186,93	75.553.429,12	15,2%
Transf. dos Municípios	-	2.074.902,32	(2.074.902,32)	-100,0%
Transf. de Instituições Privadas	3.522.407,60	600.000,00	2.922.407,60	487,1%
Total	657.132.979,69	751.796.597,54	(94.663.617,85)	-12,6%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- **Transferências da União** – alcançaram o montante de R\$ 80,2 milhões, representando 12% do total das transferências de capital recebidas no exercício, com destaque para as transferências destinadas à Saúde, para o combate da Covid-19 que totalizaram R\$ 10,7 milhões:

em R\$			
Transferências da União	Exercício 2021		
Convênio - Saneamento Básico	29.193.608,10		
Outros Convênios	26.770.017,18		
Recursos do SUS - Saúde	16.853.052,00		
Emendas Parlamentares	6.193.278,76		
Transferências Especiais	1.230.000,00		
Total	80.239.956,04		

em R\$	
Recursos para Combate ao Covid-19	Exercício 2021
Transf. Recursos do SUS	10.678.434,00
Total	10.678.434,00

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- **Transferências dos Estados** – atingiu o montante de R\$ 573,4 milhões, representando 87% do total das transferências de capital recebidas no exercício de 2021:

em R\$

Transferências dos Estados	Exercício 2021
Convênio - Saneamento Básico	516.853.724,68
Outros Convênios	49.370.891,37
Emendas Parlamentares	7.146.000,00
Total	573.370.616,05

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destaca-se o Convênio PMSP x SABESP – FMSAI destinado a Programas de Saneamento Básico, que totalizou R\$ 516,9 milhões e representa 91% do grupo.

Outras Receitas de Capital

Este grupo contempla as receitas com Depósitos Judiciais referentes à Lei Complementar nº 151/2015, Outorgas Onerosas, Alienação de Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), Desistências de Desapropriações, entre outras.

em R\$

Outras Receitas de Capital	Exercício 2021
Depósito Judicial - LC 151/2015	1.499.434.018,36
Outorga Onerosa	899.260.987,13
Operações Urbanas	186.292.394,09
Indenização por Expropriação	34.295.583,60
Acordo - Regulariz. Ambiental e Fundiária	22.604.859,13
Desistência de Desapropriações	11.803.266,27
Outras Receitas de Capital	8.451.975,89
Total	2.662.143.084,47

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2021 este grupo totalizou R\$ 2,7 bilhões de arrecadação e representa 75% do total das receitas de capital recebidas, com destaque para os Depósitos Judiciais – LC nº 151/2015 no montante de R\$ 1,5 bilhão.

Classificação da Receita Orçamentária por Fonte de Recursos

A classificação orçamentária por fontes/destinações de recursos tem como objetivo identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos. Como mecanismo integrador entre a receita e a despesa, o código de fonte/destinação de recursos exerce um duplo papel no processo orçamentário: para a receita orçamentária, esse código tem a finalidade de indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas orçamentárias e, para a despesa orçamentária, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

O quadro a seguir demonstra as receitas realizadas no exercício de 2021, segregadas por fonte de recursos, onde as fontes ordinárias representam 79% e as fontes vinculadas 21% do total:

		em R\$
Receitas Orçamentárias por Fonte de Recursos	Receitas Realizadas	% s/ Total
Ordinária	60.568.049.066,92	79,0%
Tesouro Municipal	55.646.659.515,96	72,6%
Recursos Próprios da Administração Indireta	4.739.393.218,32	6,2%
Recursos Próprios da Empresa Dependente	181.996.332,64	0,2%
Vinculada	16.082.646.822,12	21,0%
Operações de Crédito	131.092.883,87	0,2%
Transferências Federais	3.421.160.656,33	4,5%
Transferências Estaduais	968.870.240,77	1,3%
Fundo Constitucional de Educação	5.891.222.940,30	7,7%
Outras Fontes	120.093.514,28	0,2%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	3.398.428.833,66	4,4%
Alienação de Bens Ativos	98.215.702,11	0,1%
Depósitos Judiciais	1.499.434.018,36	2,0%
Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	543.449.598,44	0,7%
Transf. Fed. - Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	10.678.434,00	0,0%
Total	76.650.695.889,04	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Despesa Orçamentária

A despesa orçamentária é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade e refere-se a toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.

A despesa orçada na LOA para o exercício de 2021 foi de R\$ 67,96 bilhões e, no decorrer do exercício, ocorreram anulações e suplementações no montante de R\$ 6,8 bilhões, além de acréscimos de R\$ 6,55 bilhões advindos da abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro e acréscimo de R\$ 4,7 bilhões pela abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação, totalizando R\$ 79,2 bilhões de Dotação Atualizada.

Despesa	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Dotação Inicial	R\$ 53.121.874.552	R\$ 14.840.833.268	R\$ 67.962.707.820
(-) Redução Orçamentária	-R\$ 6.397.329.492	-R\$ 405.108.676	-R\$ 6.802.438.168
(+) Suplementação Orçamentária	R\$ 6.257.445.277	R\$ 544.992.892	R\$ 6.802.438.168
(+) Abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro	R\$ 6.165.546.342	R\$ 388.164.026	R\$ 6.553.710.368
(+) Abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação	R\$ 4.634.420.949	R\$ 22.593.275	R\$ 4.657.014.224
Dotação Atualizada	R\$ 63.781.957.628	R\$ 15.391.474.785	R\$ 79.173.432.412

A despesa orçamentária empenhada alcançou o montante de R\$ 73,4 bilhões, demonstrando uma economia orçamentária de R\$ 5,8 bilhões, se comparada à despesa orçada (atualizada). A Administração Direta participou com 80% do total de despesa empenhada e a Indireta com 20%, conforme segue:

Despesa		Orçada (Atualizada)	Despesas Empenhadas	Saldo = Economia Orçamentária
Administração Direta	R\$	63.781.957.628	R\$ 58.767.852.620	R\$ 5.014.105.007
Administração Indireta	R\$	15.391.474.785	R\$ 14.655.430.510	R\$ 736.044.275
Total	R\$	79.173.432.412	R\$ 73.423.283.130	R\$ 5.750.149.282

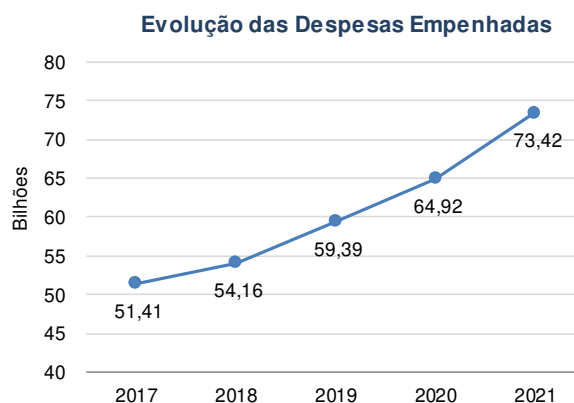
Comparando o orçamento atualizado da despesa com a execução do exercício, observa-se que as despesas empenhadas representaram 92,7%, as despesas liquidadas 84,3% e as despesas pagas 84,0%:

Despesa	Orçada (Atualizada)	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Direta	R\$ 63.781.957.628	R\$ 58.767.852.620	R\$ 52.497.392.464	R\$ 52.244.779.164
Administração Indireta	R\$ 15.391.474.785	R\$ 14.655.430.510	R\$ 14.262.328.205	R\$ 14.244.546.512
Total	R\$ 79.173.432.412	R\$ 73.423.283.130	R\$ 66.759.720.668	R\$ 66.489.325.675
%s/ Orçada		100,0%	92,7%	84,3%
				84,0%

Nos últimos cinco exercícios as despesas empenhadas apresentaram a evolução demonstrada no quadro a seguir, onde se destaca um aumento de 13,1% nas despesas empenhadas no exercício de 2021, se comparado ao exercício anterior, além disso observa-se um constante crescimento médio de aproximadamente 9,4% nestes últimos exercícios:

Ano	Despesas Empenhadas	% Variação
2017	R\$ 51.414.029.077	-
2018	R\$ 54.157.141.736	5,3%
2019	R\$ 59.389.424.274	9,7%
2020	R\$ 64.915.337.414	9,3%
2021	R\$ 73.423.283.130	13,1%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Classificação da Despesa Orçamentária por Natureza

A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, subdivide-se em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa (GND) e Elemento da Despesa. Quanto à Categoria Econômica, as despesas orçamentárias classificam-se em Despesas Correntes e Despesas de Capital.

O Grupo de Natureza de Despesa é um agregador de elementos de despesas orçamentárias com as mesmas características quanto ao objeto do gasto e compõe-se de: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Outras Despesas Correntes, Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

O Município de São Paulo apresentou, no exercício de 2021, as despesas abaixo segregadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa, demonstrando que foram empenhadas 96,7% das despesas correntes orçadas, resultando em uma economia orçamentária de R\$ 2,3 bilhões. Já o percentual das despesas de capital empenhadas foi de 66,2%, representando uma economia orçamentária de R\$ 3,5 bilhões:

em R\$

Despesas Orçamentárias	Despesas Orçadas (Atualizadas)	Despesas Empenhadas	Saldo	% Empenhada s/ Orçada	% s/ Total
Despesas Correntes	68.854.828.218,85	66.596.323.444,94	2.258.504.773,91	96,7%	90,7%
Pessoal e Encargos Sociais	28.354.969.746,08	27.688.864.503,15	666.105.242,93	97,7%	37,7%
Juros e Encargos da Dívida	1.024.023.640,00	881.004.093,01	143.019.546,99	86,0%	1,2%
Outras Despesas Correntes	39.475.834.832,77	38.026.454.848,78	1.449.379.983,99	96,3%	51,8%
Despesas de Capital	10.318.603.193,51	6.826.959.684,94	3.491.643.508,57	66,2%	9,3%
Investimentos	7.042.043.916,02	3.833.014.231,86	3.209.029.684,16	54,4%	5,2%
Inversões Financeiras	88.432.083,00	-	88.432.083,00	0,0%	0,0%
Amortização da Dívida	3.188.127.194,49	2.993.945.453,08	194.181.741,41	93,9%	4,1%
Reserva de Contingência	1.000,00	-	1.000,00	0,0%	0,0%
Total	79.173.432.412,36	73.423.283.129,88	5.750.149.282,48	92,7%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No comparativo das despesas orçamentárias empenhadas nos exercícios 2020 e 2021, observa-se um aumento de 13,1% no total, com acréscimo de 13,3% nas despesas correntes e de 11,5% nas despesas de capital.

em R\$

Despesas Orçamentárias	Despesas Empenhadas 2021	Despesas Empenhadas 2020	Varição R\$	Varição %
Despesas Correntes	66.596.323.444,94	58.789.924.666,67	7.806.398.778,27	13,3%
Pessoal e Encargos Sociais	27.688.864.503,15	26.384.709.675,49	1.304.154.827,66	4,9%
Juros e Encargos da Dívida	881.004.093,01	317.201.602,55	563.802.490,46	177,7%
Outras Despesas Correntes	38.026.454.848,78	32.088.013.388,63	5.938.441.460,15	18,5%
Despesas de Capital	6.826.959.684,94	6.125.412.747,32	701.546.937,62	11,5%
Investimentos	3.833.014.231,86	4.578.417.026,41	(745.402.794,55)	-16,3%
Inversões Financeiras	-	5.317.276,00	(5.317.276,00)	-100,0%
Amortização da Dívida	2.993.945.453,08	1.541.678.444,91	1.452.267.008,17	94,2%
Total	73.423.283.129,88	64.915.337.413,99	8.507.945.715,89	13,1%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em uma análise mais detalhada, destacamos as variações nos seguintes grupos de natureza de despesa:

Despesas Correntes:

- **Juros e Encargos da Dívida** – com aumento de 563,8 milhões, cerca de 177% de variação se comparado ao exercício anterior, decorrente do reestabelecimento dos pagamentos com amortização da dívida e respectivos juros e encargos, contratadas entre a União e o Município (relativas aos contratos de Refinanciamento MP 2.185/2001 e ao Parcelamento

Lei nº 13.485/2017), que haviam sido suspensos no exercício de 2020 pela Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento da Covid-19.

- **Outras Despesas Correntes** – com aumento de R\$ 5,9 bilhões, equivalentes a uma variação de 18,5% se comparado ao exercício de 2020. As principais variações foram observadas nos elementos de despesa listados a seguir:

	em R\$			
Outras Despesas Correntes	Empenhos 2021	Empenhos 2020	Variação R\$	Variação %
Outros Serviços de Terceiros - PJ	27.544.174.953,18	22.565.367.542,14	4.978.807.411,04	22,1%
Contribuições	3.458.184.114,38	3.521.592.986,48	(63.408.872,10)	-1,8%
Material de Consumo	1.633.154.783,98	1.230.353.413,82	402.801.370,16	32,7%
Auxílio-Alimentação	869.690.773,47	835.556.738,33	34.134.035,14	4,1%
Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	820.915.424,13	597.930.649,38	222.984.774,75	37,3%
Demais Despesas	3.700.334.799,64	3.337.212.058,48	363.122.741,16	10,9%
Total	38.026.454.848,78	32.088.013.388,63	5.938.441.460,15	18,5%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Despesas de Capital:

- **Investimentos** – com redução de R\$ 745,4 milhões, equivalentes a uma variação de 16,3% se comparado ao exercício de 2020. As principais variações foram observadas nos elementos de despesa listados a seguir:

	em R\$			
Investimentos	Empenhos 2021	Empenhos 2020	Variação R\$	Variação %
Outros Serviços de Terceiros - PJ	622.601.840,00	1.369.365.151,22	(746.763.311,22)	-54,5%
Equipamentos e Material Permanente	217.230.840,34	810.414.433,01	(593.183.592,67)	-73,2%
Aquisição de Imóveis	286.513.846,16	223.060.003,23	63.453.842,93	28,4%
Obras e Instalações	2.320.888.828,13	1.878.407.945,00	442.480.883,13	23,6%
Sentenças Judiciais	195.733.249,98	155.351.199,17	40.382.050,81	26,0%
Demais Despesas	190.045.627,25	141.818.294,78	48.227.332,47	34,0%
Total	3.833.014.231,86	4.578.417.026,41	(745.402.794,55)	-16,3%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- **Amortização da Dívida** – com aumento de R\$ 1,5 bilhão, cerca de 94% de variação se comparado ao exercício de 2020, decorrente do reestabelecimento dos pagamentos com amortização da dívida e respectivos juros e encargos, contratadas entre a União e o Município (relativas aos contratos de Refinanciamento MP 2.185/2001 e ao Parcelamento Lei nº 13.485/2017), que haviam sido suspensos no exercício de 2020 pela Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento da Covid-19.

Despesas Correntes

As Despesas Correntes são destinadas à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos em geral, que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

em R\$	
Despesas Correntes	Exercício 2021
Pessoal e Encargos Sociais	27.688.864.503,15
Vencimentos e Vantagens Fixas	11.499.632.617,02
Aposent. RPPS, Reserva Remun.	9.942.604.429,45
Obrigações Patronais	2.972.514.766,86
Sentenças Judiciais	2.090.733.855,75
Pensões do RPPS	918.047.335,05
Demais Contas	265.331.499,02
Juros e Encargos da Dívida	881.004.093,01
Juros sobre a Dívida por Contrato	875.878.611,47
Outros Encargos sobre a Dívida	5.125.481,54
Outras Despesas Correntes	38.026.454.848,78
Outros Serviços de Terceiros - PJ	27.544.174.953,18
Contribuições	3.458.184.114,38
Material de Consumo	1.633.154.783,98
Auxílio-Alimentação	869.690.773,47
Material, Bem ou Serviço p/ Distrib. Gratuita	820.915.424,13
Demais Contas	3.700.334.799,64
Total	66.596.323.444,94

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2021 as Despesas Correntes alcançaram o montante de R\$ 66,6 bilhões e os maiores destaques de participação foram nos Grupos de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais que representaram 42% do total e Outras Despesas Correntes representando 57%.

Destaca-se o elemento Outros Serviços de Terceiros - PJ que totalizou R\$ 27,5 bilhões, representando 41% das Despesas Correntes.

Despesas de Capital

As Despesas de Capital constituem despesas da administração pública com a intenção de adquirir ou construir bens de capital que contribuirão para a produção ou geração de bens ou serviços e, divide-se em: Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida. Segregando estas despesas por Elemento de Despesa temos os seguintes valores:

em R\$

Despesas de Capital	Exercício 2021
Investimentos	3.833.014.231,86
Obras e Instalações	2.320.888.828,13
Outros Serviços de Terceiros - PJ	622.601.840,00
Aquisição de Imóveis	286.513.846,16
Equipamentos e Material Permanente	217.230.840,34
Sentenças Judiciais	195.733.249,98
Demais Contas	190.045.627,25
Inversões Financeiras	-
Amortização da Dívida	2.993.945.453,08
Principal da Dívida Contratual Resgatado	2.167.516.515,91
Indenizações e Restituições	822.546.882,12
Despesas de Exercícios Anteriores	3.882.055,05
Total	6.826.959.684,94

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

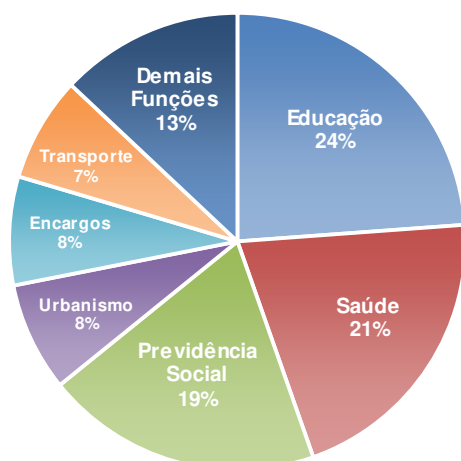
No exercício de 2021 as Despesas de Capital alcançaram o montante de R\$ 6,8 bilhões, com os Investimentos representando 56% do total e a Amortização da Dívida com 44%.

No grupo de Investimentos, destaca-se o elemento Obras e Instalações que totalizou R\$ 2,3 bilhões e representou 34% das Despesas de Capital.

Despesas por Função de Governo

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando evidenciar em qual área de ação governamental a despesa será realizada.

Principais Despesas por Função



Segregando as despesas empenhadas por Função de Governo, destacam-se a Educação que representou 24%, Saúde 21%, Previdência Social 19%, Urbanismo 8% e Encargos 8%, e que somadas representaram 80% do total.

Os montantes em reais e as despesas relacionadas às Demais Funções seguem demonstrados:

em R\$

Despesas Orçamentárias	Despesas Orçadas (Atualizadas)	Despesas Empenhadas	Saldo	% Empenhada s/ Orçada	% s/ Total
Educação	18.143.290.699,00	17.503.221.316,86	640.069.382,14	96,5%	23,8%
Saúde	15.742.856.503,59	15.245.524.769,45	497.331.734,14	96,8%	20,8%
Previdência Social	14.920.238.588,00	14.389.080.499,32	531.158.088,68	96,4%	19,6%
Urbanismo	7.172.987.480,14	5.660.191.643,97	1.512.795.836,17	78,9%	7,7%
Encargos Especiais	5.914.006.034,00	5.651.025.472,49	262.980.561,51	95,6%	7,7%
Transporte	5.927.058.760,08	5.435.486.839,59	491.571.920,49	91,7%	7,4%
Assistência Social	2.110.641.320,72	2.011.767.776,00	98.873.544,72	95,3%	2,7%
Administração	2.077.624.955,08	1.811.916.210,66	265.708.744,42	87,2%	2,5%
Habitação	1.849.065.318,77	1.115.541.917,04	733.523.401,73	60,3%	1,5%
Cultura	929.104.311,26	816.117.312,53	112.986.998,73	87,8%	1,1%
Legislativa	892.534.455,00	807.677.866,47	84.856.588,53	90,5%	1,1%
Saneamento	823.423.506,86	691.051.862,92	132.371.643,94	83,9%	0,9%
Segurança Pública	784.159.619,29	630.778.078,02	153.381.541,27	80,4%	0,9%
Gestão Ambiental	348.611.393,55	297.834.652,29	50.776.741,26	85,4%	0,4%
Direitos da Cidadania	319.392.882,43	272.114.468,05	47.278.414,38	85,2%	0,4%
Desporto e Lazer	270.492.137,45	254.332.858,14	16.159.279,31	94,0%	0,3%
Comércio e Serviços	305.770.617,16	231.167.886,80	74.602.730,36	75,6%	0,3%
Comunicações	205.331.005,38	205.184.538,56	146.466,82	99,9%	0,3%
Judiciária	238.197.532,49	203.915.245,67	34.282.286,82	85,6%	0,3%
Trabalho	198.397.371,92	189.119.346,57	9.278.025,35	95,3%	0,3%
Relações Exteriores	201.519,45	197.092,46	4.426,99	97,8%	0,0%
Defesa Nacional	45.400,74	35.476,02	9.924,72	78,1%	0,0%
Reserva de Contingência	1.000,00	-	1.000,00	0,0%	0,0%
Total	79.173.432.412,36	73.423.283.129,88	5.750.149.282,48	92,7%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Despesas de Exercícios Anteriores

Referem-se às despesas cujo fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento.

No exercício de 2021, as despesas de exercícios anteriores totalizaram R\$ 78,5 milhões e apresentaram uma redução de 67%, se comparado ao exercício anterior.

em R\$

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)	Exercício 2021	Exercício 2020	% Variação	% s/ Total
Despesas Correntes	64.003.055,53	210.461.861,72	-69,6%	81,5%
Pessoal e Encargos Sociais	1.420.660,29	717.128,38	98,1%	1,8%
Outras Despesas Correntes	62.582.395,24	209.744.733,34	-70,2%	79,7%
Despesas de Capital	14.501.635,46	27.317.659,70	-46,9%	18,5%
Investimentos	10.619.580,41	27.317.659,70	-61,1%	13,5%
Amortização da Dívida	3.882.055,05	-	0,0%	4,9%
Total	78.504.690,99	237.779.521,42	-67,0%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Fundos Municipais

Os Fundos Municipais são operacionalizados pelas Unidades Orçamentárias das Secretarias/Órgãos aos quais se vinculam, com sua execução orçamentária realizada no

Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e estão inclusos nos demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Orgânica do Município de São Paulo e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

As despesas empenhadas em 2021 para os Fundos Municipais atingiram o montante de R\$ 21,5 bilhões, com destaque para o Fundo Municipal da Saúde com despesas totais de R\$ 14,9 bilhões, representando 69% e para o Fundo Municipal de Assistência Social com R\$ 1,9 bilhão.

em R\$

Fundos Municipais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total	% s/ Total
Administração Direta	18.231.133.933,66	1.687.424.916,91	19.918.558.850,57	92,8%
Poder Executivo	18.229.811.595,34	1.686.832.416,91	19.916.644.012,25	92,8%
Fundo Municipal de Saúde	14.604.236.682,67	298.017.003,71	14.902.253.686,38	69,4%
Fundo Municipal de Assistência Social	1.877.559.655,43	1.590.514,15	1.879.150.169,58	8,8%
Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.199.632.846,29	-	1.199.632.846,29	5,6%
Fundo de Desenvolvimento Urbano	-	734.328.161,54	734.328.161,54	3,4%
Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	-	558.202.340,19	558.202.340,19	2,6%
Fundo Municipal de Iluminação Pública	523.181.402,38	-	523.181.402,38	2,4%
Fundo Municipal de Desenvolvimento Social	-	88.154.614,50	88.154.614,50	0,4%
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	24.661.607,64	-	24.661.607,64	0,1%
Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenv. Sustentável	-	6.539.782,82	6.539.782,82	0,0%
Fundo Municipal do Idoso	539.400,93	-	539.400,93	0,0%
Poder Legislativo	1.322.338,32	592.500,00	1.914.838,32	0,0%
Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal	362.395,08	592.500,00	954.895,08	0,0%
Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas	959.943,24	-	959.943,24	0,0%
Administração Indireta	1.537.419.702,25	9.886.098,09	1.547.305.800,34	7,2%
Fundo Municipal de Habitação	20.337.761,95	9.886.098,09	30.223.860,04	0,1%
Fundo Municipal de Limpeza Urbana	1.517.081.940,30	-	1.517.081.940,30	7,1%
Total	19.768.553.635,91	1.697.311.015,00	21.465.864.650,91	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Restos a Pagar

Ao final do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. Os restos classificam-se em: Restos a Pagar Não Processados (RPNP), referentes às despesas empenhadas e ainda não liquidadas e Restos a Pagar Processados (RPP), referentes às despesas liquidadas e não pagas.

No exercício de 2021 a inscrição em RPNP totalizou R\$ 6,7 bilhões, representando um aumento de 25%, se comparada à inscrição do exercício de 2020 e a inscrição em RPP totalizou R\$ 270,4 milhões e apresentou uma redução de 43,5%, comparada ao exercício anterior.

Restos a Pagar Não Processados - RPNP	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Total RPNP
Administração Direta	R\$ 58.767.852.620	R\$ 52.497.392.464	R\$ 6.270.460.156
Administração Indireta	R\$ 14.655.430.510	R\$ 14.262.328.205	R\$ 393.102.305
Total	R\$ 73.423.283.130	R\$ 66.759.720.668	R\$ 6.663.562.461

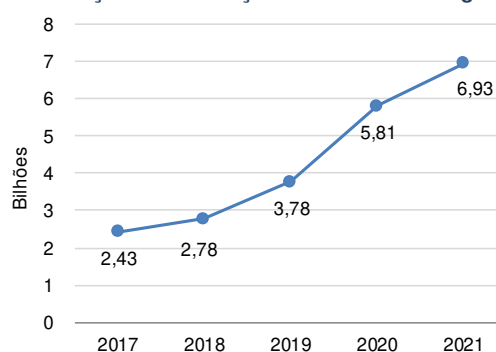
Restos a Pagar Processados - RPP		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas		Total RPP
Administração Direta	R\$	52.497.392.464	R\$	52.244.779.164	R\$ 252.613.300
Administração Indireta	R\$	14.262.328.205	R\$	14.244.546.512	R\$ 17.781.693
Total	R\$	66.759.720.668	R\$	66.489.325.675	R\$ 270.394.993

Nos últimos cinco exercícios as inscrições em restos a pagar Processados e Não Processados apresentaram a evolução demonstrada no quadro a seguir, onde se observa um aumento médio de 31% nos últimos quatro anos:

Ano	Inscrição Restos a Pagar Processados	Inscrição Restos a Pagar Não Processados	Total
2017	R\$ 347.676.459	R\$ 2.079.310.056	R\$ 2.426.986.515
2018	R\$ 454.696.243	R\$ 2.324.206.013	R\$ 2.778.902.256
2019	R\$ 252.267.423	R\$ 3.525.789.932	R\$ 3.778.057.355
2020	R\$ 478.384.845	R\$ 5.326.874.996	R\$ 5.805.259.840
2021	R\$ 270.394.993	R\$ 6.663.562.461	R\$ 6.933.957.454

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Evolução das Inscrições em Restos a Pagar



Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é obtido comparando-se as receitas realizadas e as despesas empenhadas, gerando um resultado que poderá ser deficitário, superavitário ou de equilíbrio orçamentário.

No exercício de 2021 as receitas arrecadadas totalizaram R\$ 76,7 bilhões e as despesas empenhadas R\$ 73,4 bilhões, resultando em um superavit orçamentário consolidado de R\$ 3,2 bilhões. A Administração Direta apresentou resultado superavitário de R\$ 12,6 bilhões e a Administração Indireta um resultado deficitário de R\$ 9,3 bilhões:

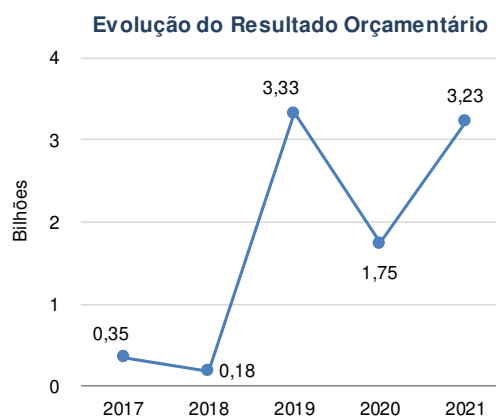
em R\$			
Execução Orçamentária	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado 2020
Receitas Realizadas	71.318.811.973,56	5.331.883.915,48	76.650.695.889,04
Receitas Correntes	67.893.168.570,19	5.196.414.187,72	73.089.582.757,91
Receitas de Capital	3.425.643.403,37	135.469.727,76	3.561.113.131,13
Despesas Empenhadas	58.767.852.620,21	14.655.430.509,67	73.423.283.129,88
Despesas Correntes	52.012.618.385,06	14.583.705.059,88	66.596.323.444,94
Despesas de Capital	6.755.234.235,15	71.725.449,79	6.826.959.684,94
(=) Superavit / Deficit Orçamentário	12.550.959.353,35	(9.323.546.594,19)	3.227.412.759,16

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nos últimos cinco exercícios o resultado orçamentário apresentou a evolução demonstrada no quadro a seguir, onde se observam resultados superavitários nos últimos cinco anos:

Ano	Resultado Orçamentário (Adm. Direta)	Resultado Orçamentário (Adm. Indireta)	Consolidado
2017	R\$ 9.307.563.848	-R\$ 8.953.507.139	R\$ 354.056.709
2018	R\$ 9.621.753.767	-R\$ 9.440.883.238	R\$ 180.870.530
2019	R\$ 12.878.829.574	-R\$ 9.551.271.647	R\$ 3.327.557.927
2020	R\$ 11.971.100.460	-R\$ 10.225.227.246	R\$ 1.745.873.214
2021	R\$ 12.550.959.353	-R\$ 9.323.546.594	R\$ 3.227.412.759

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Indicadores Orçamentários

A análise do Balanço Orçamentário tem como objetivo apresentar indicadores que servirão de suporte para a análise da gestão orçamentária.

Excesso/Insuficiência de Arrecadação: a diferença a maior ou a menor entre as colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada corresponde a uma insuficiência ou a um excesso de arrecadação ocorrido no exercício. Em 2021, observou-se um Excesso de Arrecadação no montante de R\$ 4,1 bilhões:

Excesso de Arrecadação	Previsão Atualizada 72.571.158.368,02	(-)	Receita Realizada 76.650.695.889,04	=	-R\$ 4.079.537.521,02
-------------------------------	--	-------	--	---	------------------------------

Economia na realização de despesa: a diferença a maior entre os valores da Dotação Atualizada e da Despesa Empenhada corresponde a uma economia na realização de despesa, pois parte da dotação autorizada não foi utilizada para a execução de despesas. Em 2021, observou-se uma economia na realização da despesa de R\$ 5,8 bilhões:

Economia na realização de despesa	Dotação Atualizada 79.173.432.412,36	(-)	Despesa Executada 73.423.283.129,88	=	R\$ 5.750.149.282,48
--	---	-------	--	---	-----------------------------

Inscrição de Restos a Pagar:

Restos a Pagar Processados (RPP) inscritos no exercício = Despesas Liquidadas (-) Despesas Pagas, que resultou na inscrição de R\$ 0,27 bilhão de RPP em 2021:

Restos a Pagar Processados (RPP)	Despesas Liquidadas 66.759.720.668,42	(-)	Despesas Pagas 66.489.325.675,46	=	R\$ 270.394.992,96
---	--	-------	-------------------------------------	---	---------------------------

Restos a Pagar Não Processados (RPNP) inscritos no exercício = Despesas Empenhadas (-) Despesas Liquidadas, que resultou na inscrição em 2021 de R\$ 6,7 bilhões de RPNP:

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Despesas Empenhadas 73.423.283.129,88	(-)	Despesas Liquidadas 66.759.720.668,42	=	R\$ 6.663.562.461,46
--	--	-------	--	---	-----------------------------

Quociente do Resultado Orçamentário: é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de um resultado superavitário, deficitário ou nulo. Assim, um índice igual a 1, representa um resultado nulo, maior que 1, indica superavit e menor que 1, deficit. Em 2021, observou-se um quociente de 1,04:

Quociente do Resultado Orçamentário	Receita Realizada	=	76.650.695.889,04	=	1,04
	Despesa Executada		73.423.283.129,88		

Quociente da Execução Orçamentária Corrente: é resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente (Líquida) e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação deste quociente indica se as receitas correntes suportaram as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes. Em 2021, a Prefeitura de São Paulo apresentou um quociente da execução orçamentária corrente de 1,10:

Quociente da Execução Orçamentária Corrente	Receita Realizada Corrente (Líquida)	=	73.089.582.757,91	=	1,10
	Despesa Empenhada Corrente		66.596.323.444,94		

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária: é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária. Em 2021, a Prefeitura de São Paulo apresentou um quociente financeiro real da execução orçamentária de 1,15:

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Realizada	=	76.650.695.889,04	=	1,15
	Despesa Paga		66.489.325.675,46		

Capitalização x Descapitalização: é resultante da diferença entre a Receita de Capital Realizada e a Despesa de Capital Executada. Caso o resultado seja menor que 0 indica uma capitalização e se for maior que 0 representa uma descapitalização. Em 2021, o resultado negativo apresentado de R\$ 3,3 bilhões representou uma capitalização:

Capitalização X Descapitalização	Receita de Capital Realizada	(-)	Despesa de Capital Executada	=	(3.265.846.553,81)
	3.561.113.131,13		6.826.959.684,94		

Indicador de Endividamento: é resultante da diferença entre a Receita de Operações de Créditos e a Despesa de Amortização da Dívida. Se o resultado for positivo, indica um aumento no endividamento e se for negativo indica uma diminuição no endividamento. Em 2021, o resultado negativo apresentado de R\$ 2,9 bilhões indicou uma diminuição no endividamento:

Endividamento	Receita de Operações de Créditos	(-)	Despesa de Amortização da Dívida	=	(2.871.767.404,38)
	122.178.048,70		2.993.945.453,08		

Cumprimento à Regra de Ouro

A regra de ouro, amparada pelo Art. 167, inciso III, da Constituição Federal estabelece que: “é vedada a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta”. Ou seja, não se deve recorrer a endividamento público para custear despesas correntes.

No exercício de 2021, a margem de suficiência da Regra de Ouro foi de R\$ 6,7 bilhões, que correspondeu ao excedente de despesas de capital em relação às receitas de operações de crédito. Diante deste resultado, constatou-se que a Regra de Ouro foi atendida.

Regra de Ouro - Margem de Suficiência	Despesas de Capital	Receita de Operações	=	R\$ 6.704.781.636,24
	(-)	de Créditos		
	6.826.959.684,94	122.178.048,70		

Análise Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Município por meio das contas representativas do patrimônio público. Os valores são consolidados⁴ dos órgãos e das entidades inseridos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. A diferença entre os bens e direitos (Ativo) e as obrigações (Passivo) constitui o Patrimônio Líquido do Município.

Exercício 2020		Exercício 2021	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
R\$ 130,18 bilhões	R\$ 236,29 bilhões	R\$ 142,70 bilhões	R\$ 237,78 bilhões
	Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido
	-R\$ 106,11 bilhões		-R\$ 95,08 bilhões

No exercício de 2021, o valor do Ativo foi de R\$ 142,70 bilhões, representando uma variação positiva de 9,62% em relação a 2020. Já o Passivo encerrou o exercício com um valor de R\$ 237,78 bilhões resultando em um aumento de 0,63% quando comparado a 2020. Essas alterações resultaram em uma melhora no **Passivo a Descoberto** (Patrimônio Líquido), em torno de R\$ 11,03 bilhões.

Segregando a análise patrimonial do exercício de 2021 em Administração Direta e Indireta, temos a seguinte posição:

Administração Direta		Administração Indireta		Consolidado	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
R\$ 137,28 bilhões	R\$ 63,05 bilhões	R\$ 5,42 bilhões	R\$ 174,73 bilhões	R\$ 142,70 bilhões	R\$ 237,78 bilhões
	Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido
	R\$ 74,22 bilhões		-R\$ 169,31 bilhões		-R\$ 95,08 bilhões

Uma relevante comparação pode ser observada no Patrimônio Líquido, onde a Administração Direta apresentou um valor positivo de R\$ 74,22 bilhões, enquanto a Administração Indireta apresentou um Passivo a Descoberto no montante de R\$ 169,31 bilhões, resultando em um consolidado negativo de R\$ 95,08 bilhões.

Um dos fatores que contribuíram para saldo negativo no Patrimônio Líquido, denominado de Passivo a Descoberto, decorreu das provisões matemáticas previdenciárias realizadas nos últimos anos (2015-2021) pelo IPREM, no montante de R\$ 170,74 bilhões.

Os ativos e passivos são classificados em circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis (curto

⁴ Cabe observar que este Município ainda não adota o procedimento de eliminação das transações recíprocas entre entidades do OFSS nos demonstrativos consolidados, entretanto tem a pauta em alta prioridade.

prazo/circulante) ou após 12 meses da data das demonstrações contábeis (longo prazo/não circulante). No exercício de 2021 temos a seguinte segregação em circulante e não circulante:

Ativo			Passivo e PL		
Circulante	R\$	40.699.472.671	Circulante	R\$	13.948.472.800
Não Circulante	R\$	102.000.138.454	Não Circulante	R\$	223.832.732.480
			PL (Passivo a Descoberto)	-R\$	95.081.594.155
Total	R\$	142.699.611.125	Total	R\$	142.699.611.125

Ativo

Ativos são recursos controlados pelo Município como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, sendo classificados em circulante e não circulante com base na expectativa de realização. No exercício de 2021 o Ativo apresentou o montante de R\$ 142,7 bilhões, com o circulante representando 28,5% e o não circulante 71,5% do Ativo Total.

Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 24.747.281.859	Realizável a Longo Prazo	R\$ 68.368.084.038
Créditos a Curto Prazo	R\$ 15.480.170.859	Investimentos	R\$ 6.890.155.898
Investim. e Aplic. Temporárias a Curto Prazo	R\$ 46.190.267	Imobilizado	R\$ 26.707.181.669
Estoques	R\$ 422.869.206	Intangível	R\$ 34.716.850
VPD Pagas Antecipadamente	R\$ 2.960.482		
Total	R\$ 40.699.472.671	Total	R\$ 102.000.138.454
Ativo Total		R\$ 142.699.611.125	

Ativo Circulante

Compreende os ativos disponíveis para realização imediata ou que tenham expectativa de realização até 12 meses após a data das demonstrações contábeis e totalizou R\$ 40,7 bilhões, segregado em:

					em R\$
Ativo Circulante	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação	%s/ Total	
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.747.281.858,69	18.147.065.361,81	36,4%	60,8%	
Créditos a Curto Prazo	15.480.170.858,51	13.376.921.631,66	15,7%	38,0%	
Investim. e Aplic. Temporárias a Curto Prazo	46.190.266,65	80.444.187,76	-42,6%	0,1%	
Estoques	422.869.205,83	389.110.931,41	8,7%	1,0%	
VPD Pagas Antecipadamente	2.960.481,60	1.867.702,20	58,5%	0,0%	
Total	40.699.472.671,28	31.995.409.814,84	27,2%	100,0%	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2021, o Ativo Circulante apresentou um aumento de 27,2% em relação ao exercício anterior, com destaque para Caixa e Equivalentes de Caixa e Créditos a Curto Prazo que representaram, respectivamente, 60,8% e 38,0% do total do grupo, equivalendo, juntos, a 98,8% do grupo.

	em R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa	Exercício 2021
Caixa	12.317,26
Conta Única	680.751.219,85
Conta Única RPPS	31.757,90
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	449.886.495,18
Rede Bancária - Arrecadação	38.025.279,27
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	23.578.574.789,23
Total	24.747.281.858,69

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

	em R\$
Créditos a Curto Prazo	Exercício 2021
Clientes *	185.515.276,34
Créditos de Transferências a Receber	38.774.141,66
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	477.897,56
Dívida Ativa Tributária	1.097.675.403,52
Dívida Ativa Não Tributária	23.915.634,32
Adiantamentos Concedidos	3.923.479,82
Tributos a Recuperar/Compensar	30.312.750,21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.658.593.998,88
Créditos Previdenciários a Receber	5.798.966,08
Outros Créditos a Receber	8.435.183.310,12
Total	15.480.170.858,51

* Valor Líquido (descontado o Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Caixa e Equivalentes de Caixa:

Compreendem a soma dos valores em caixa e em bancos, bem como em equivalentes de caixa. Destacam-se as aplicações financeiras de liquidez imediata que representaram 95,28% do total do grupo.

Créditos a Curto Prazo:

Referem-se aos valores a receber por fornecimento de bens e serviços, créditos tributários, créditos de transferências a receber, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos, tributos a recuperar/compensar, depósitos restituíveis e valores vinculados e outros créditos.

- **Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados** – representa 36,6% do grupo e é composto basicamente pelo Fundo de Reserva dos Depósitos Judiciais – corresponde aos 30% (trinta por cento) dos valores depositados em juízo, conforme Lei Complementar nº 151/2015, no montante de R\$ 3,85 bilhões e pela Conta Especial de Precatórios – corresponde aos valores de contas especiais mantidas no Banco do Brasil, através das quais são realizados os pagamentos de precatórios sob responsabilidade legal do TJSP, no montante de R\$ 1,81 bilhão;
- **Outros Créditos a Receber** – alcançou o montante de R\$ 8,44 bilhões, representando 54,5% do grupo, com destaque para os créditos decorrentes de infrações legais e contratuais onde se encontram contabilizados R\$ 8,14 bilhões referentes às multas de trânsito;
- **Clientes** – apresentou o montante de R\$ 185,52 milhões e corresponde, em sua grande maioria, às prestações a receber de financiamentos habitacionais registrados na COHAB e no FMH. O saldo de Clientes já se encontra deduzido do valor R\$ 8,52 milhões, referente ao ajuste para perdas.

Ativo Não Circulante

Compreende os ativos realizáveis após 12 meses da data das demonstrações contábeis e totalizou R\$ 102 bilhões, composto por:

em R\$				
Ativo Não Circulante	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação	%s/ Total
Realizável a Longo Prazo	68.368.084.037,74	62.977.986.801,39	8,6%	67,0%
Créditos a Longo Prazo	68.341.052.266,61	62.951.903.567,64	8,6%	67,0%
Investimentos Temp. a Longo Prazo	67.266,68	65.996,20	1,9%	0,0%
Estoques	25.318.793,47	25.291.893,35	0,1%	0,0%
VPD Pagas Antecipadamente	1.645.710,98	725.344,20	126,9%	0,0%
Investimentos	6.890.155.898,06	8.592.899.881,56	-19,8%	6,8%
Imobilizado	26.707.181.668,51	26.597.767.044,95	0,4%	26,2%
Intangível	34.716.849,85	16.578.343,77	109,4%	0,0%
Total	102.000.138.454,16	98.185.232.071,67	3,9%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2021, o Ativo Não Circulante apresentou um aumento de 3,9% em relação ao exercício anterior, com destaque para o Créditos a Longo Prazo e o Imobilizado que representaram, respectivamente, 67,0% e 26,2% do total do grupo, sendo que juntos equivalem 93,2% do Ativo Não Circulante.

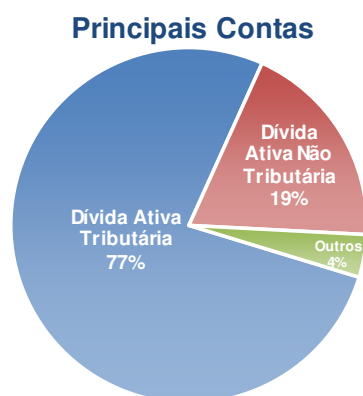
Realizável a Longo Prazo: Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.

- **Créditos a Longo Prazo:** trata-se do grupo de maior representatividade do Ativo Não Circulante, tendo em sua composição a Dívida Ativa Tributária e Não Tributária que totalizam R\$ 65,69 bilhões e equivalem a 96,1% do total do grupo. Nos Demais Créditos e Valores a Longo Prazo que representam 2,9% do grupo, destaca-se o saldo de R\$ 1,15 bilhão referente aos direitos creditórios cedidos em 2010 pela COHAB (Créditos contra FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais) registrados na Prefeitura.

em R\$	
Créditos a Longo Prazo	Exercício 2021
Cientes *	161.208.114,46
Empréstimos e Financiamentos Concedidos *	54.655.278,89
Dívida Ativa Tributária *	52.637.695.663,12
Dívida Ativa Não Tributária *	13.047.667.188,67
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	2.004.339.800,74
Demais Créditos Intra OFSS	423.267.010,91
Demais Créditos Inter OFSS- União	472.355,85
Créditos Previdenciários do RPPS	11.746.853,97
Total	68.341.052.266,61

* Valores Líquidos (descontados os ajustes de perdas)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF



Na comparação dos exercícios 2020 e 2021, verificou-se um aumento no estoque líquido da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária de 6% e 21,2%, respectivamente, conforme demonstrado a seguir:

em R\$				
Dívida Ativa	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação	%s/ Total
Tributária	52.637.695.663,12	49.646.101.870,30	6,0%	80,1%
Dívida Ativa Bruta	146.818.608.607,45	126.283.591.429,41	16,3%	223,5%
(-) Ajuste de Perdas	(94.180.912.944,33)	(76.637.489.559,11)	22,9%	-143,4%
Não Tributária	13.047.667.188,67	10.767.145.296,65	21,2%	19,9%
Dívida Ativa Bruta	17.340.085.693,66	14.559.004.710,70	19,1%	26,4%
(-) Ajuste de Perdas	(4.292.418.504,99)	(3.791.859.414,05)	13,2%	-6,5%
Total da Dívida Ativa Líquida	65.685.362.851,79	60.413.247.166,95	8,7%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Desde 2018, a Prefeitura adota nova metodologia de apuração do ajuste da dívida ativa a valor recuperável, resultado de estudo elaborado pelo Grupo Técnico – GT instituído em 2017 (Portaria Conjunta SF/PGM nº 9/2017). O valor do ajuste mensal adotado pela PMSP é baseado em cálculo aplicado por meio do Modelo Probabilístico de Regressão Logística (MRL) que, levando em consideração as características do processo, é capaz de estimar com segurança estatística a probabilidade de êxito da cobrança. O MRL permite que se obtenha para cada inscrição a sua probabilidade de recuperação, considerando suas características (idade do crédito, perfil do contribuinte, tipo do crédito, etc.) como variáveis explicativas, ou seja, dado o perfil da inscrição, pode-se estimar qual a probabilidade (entre 0 e 100%) de que esse crédito seja pago.

Em 2022, foi autuado o processo SEI nº 6017.2022/0005612-1 para formalização de ato designando servidores da Procuradoria Geral do Município e da Divisão de Contabilidade para compor grupo de estudos destinado a propor metodologia para qualificação dos créditos do Município inscritos em dívida ativa, de acordo com a sua real expectativa de geração de benefícios econômicos, resultando no reconhecimento contábil apenas da parcela que atenda aos critérios definidos na NBC TSP Estrutura Conceitual, bem como uma nova proposta de ajustes para perdas sobre a referida parcela, com objetivo de realizar estudos relacionados ao cálculo do provisionamento da dívida ativa, de forma a equacionar os seguintes pontos:

- i) Qualificação dos débitos inscritos em dívida ativa que atendam aos requisitos da NBCTSP estrutura conceitual, com eventual desreconhecimento;
- ii) Indicação de tratamento a ser dado aos parcelamentos inscritos em Dívida Ativa;
- iii) Reestudo dos cálculos relacionados ao ajuste estimativo para perdas da dívida ativa; e
- iv) Aprimoramento dos quadros contábeis para permitir controle e classificação dos diversos eventos.

A evolução da dívida ativa com os respectivos ajustes para perdas está demonstrada a seguir:



Com base nas informações prestadas pela Procuradoria Geral do Município, considerando a parte passível de cobrança da dívida ativa, temos a seguinte segregação:

Situação - 2021	Posição	Quantidade	Valor
Dívida com ACE	13/01/2022	51.174	R\$ 41.646.779.940,54
Execuções Fiscais Embargadas (Garantidas)	13/01/2022	14.116	R\$ 24.070.046.087,90
Dívidas/Execuções com Parcelamento	05/01/2022	-	R\$ 14.597.503.306,96
Provisão de Perda	dez/21	57,09% da Dívida Ativa	R\$ 98.473.331.449,32

*Fonte: Prodam.Sysoper/BI Dívida Ativa

- **Dívidas com ACE:** dívidas contestadas por ações judiciais propostas pelo contribuinte junto à Vara da Fazenda Pública. Nessas ações, o contribuinte contesta junto ao Poder Judiciário a cobrança de sua dívida. Esta situação indica que o contribuinte está identificado e que a dívida terá uma solução, seja para seu cancelamento, total ou parcial, seja para seu prosseguimento;
- **Execuções fiscais embargadas (garantidas):** para contestar a cobrança no âmbito de uma execução fiscal, o contribuinte apresenta garantia suficiente para pagamento da dívida caso seja vencido. Para essas ações, em geral, também haverá uma solução definitiva, seja para o cancelamento, seja para o pagamento da dívida;
- **Dívidas com parcelamento em andamento:** o contribuinte fez adesão ao programa de parcelamento, o que indica grande expectativa de que a dívida será paga.

Investimentos: Compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinam à manutenção da atividade do Município.

	em R\$
Investimentos	Exercício 2021
Participações Permanentes	2.384.228.290,15
Propriedades para Investimento	525.236.612,24
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	10.326.000,00
Demais Investimentos Permanentes	3.970.441.160,05
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(76.164,38)
Total	6.890.155.898,06

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Os Investimentos representam 6,8% do Ativo Não Circulante e as contas de maior expressividade do grupo são Demais Investimentos Permanentes que totalizaram R\$ 3,97 bilhões e as Participações Permanentes com R\$ 2,38 bilhões.

- **Participações Permanentes:** Compreendem as participações permanentes em outras entidades em forma de ações ou cotas. As participações permanentes do Município estão segregadas em: Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e Participações Avaliadas pelo Método de Custo.

Outra importante classificação referente às participações societárias é a relação de dependência, ou seja, as empresas podem ser dependentes ou independentes. Considera-se dependente a empresa que recebe recursos financeiros, em forma de subsídio, para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. Atualmente, no âmbito desta Municipalidade, a COHAB, a SPUrbanismo, SPTurismo e SP Cine são consideradas Empresas Públicas Dependentes. A SPCine, em decorrência de preceitos legais no exercício de 2021, passou a compor o orçamento fiscal do Município de São Paulo.

O critério para realização do MEP do exercício de 2021 consistiu na utilização dos balancetes das empresas controladas, referente à competência outubro de 2021, excluído o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital do Patrimônio Líquido das empresas e não os incluindo como investimento na PMSP, ocasionando resultado equânime, tanto na controladora como na coligada. No próximo exercício será realizada a revisão do cálculo do Investimento pelo MEP, com base no Balanço Patrimonial competência dezembro/2021 das empresas investidas.

Conforme MCASP 9ª edição, as participações em empresas em que a administração tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. O método da equivalência patrimonial será utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido, conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado.

Para as controladas com Patrimônio Líquido negativo, caso das empresas CET, SPObras e SPTurismo as atualizações dos valores foram contabilizadas na conta Provisão para Perda em Investimentos do Passivo não Circulante, conforme o item 42 da NBC TSP nº 18 - Investimentos em Coligada e em Controlada, transcrito a seguir:

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, déficits adicionais são considerados e um passivo reconhecido, somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha realizado pagamentos em nome da coligada. Se a coligada subsequentemente reportar superávits, o investidor retorna o reconhecimento de sua participação nesses superávits somente após sua participação nesses superávits posteriores se igualarem aos déficits não reconhecidos. (NBC TSP 18).

Segue o cálculo das participações nas empresas⁵ avaliadas pelo do MEP no exercício de 2021:

em R\$

	Empresa Investida	Posição em 31/12/2020 sem AFAC	Porcentagem Capital (b)	Patrimônio Líquido sem AFAC (c)	Cálculo MEP 2021 (d)=(c*b)	Invest. Realizados	Ajuste MEP 2021	Distribuição Dividendos	Ajuste Exercício Anterior	Posição em 31/12/2021 sem AFAC
MEP - Empresas com PL positivo	COHAB	611.553.291	99,999998%	505.407.032	505.407.021	-	(106.146.270)	-	-	505.407.021
	SPDA	286.163.027	99,999998%	312.649.632	312.649.624	-	22.978.485	-	3.508.112	312.649.624
	SP URBANISMO	227.767.992	99,531261%	214.737.782	213.731.222	-	(4.120.200)	-	(9.916.570)	213.731.222
	SP TRANS	(20.446.050)	99,965527%	123.037.842	122.995.427	4.279.661	131.926.378	-	7.235.438	122.995.427
	PRODAM	207.430.234	99,999982%	75.458.607	75.458.593	-	(5.938.343)	-	(126.033.298)	75.458.593
	SP PARCEIRIAS	9.529.894	99,999995%	8.119.183	8.119.182	-	(504.832)	-	(905.880)	8.119.182
	SPCINE	4.751.169	100,000000%	6.007.627	6.007.627	3.100.000	(1.132.005)	-	(711.537)	6.007.627
	SP SEC	23.261	77,802198%	-	-	-	(19.429)	-	(3.832)	-
	Total	1.326.772.819		1.245.417.705	1.244.368.698	7.379.661	37.043.784	-	(126.827.567)	1.244.368.698
MEP - Empresas com PL negativo	SP OBRAS	(6.648.113)	99,113936%	(15.820.609)	(15.680.429)	-	(5.037.793)	-	(3.994.523)	(15.680.429)
	SP TURIS	10.451.961	96,736313%	(59.728.697)	(57.779.339)	-	(61.274.333)	-	(6.956.967)	(57.779.339)
	CET	(155.823.952)	99,999994%	(163.216.228)	(163.216.219)	-	(935.506)	-	(6.456.761)	(163.216.219)
	Total	(152.020.103)		(238.765.534)	(236.675.986)	-	(67.247.633)	-	(17.408.250)	(236.675.986)
Investimentos avaliados pelo MEP	Total	1.174.752.716		1.006.652.170	1.007.692.712	7.379.661	(30.203.848)	-	(144.235.817)	1.007.692.712

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No quadro MEP – Empresas com PL positivo, os investimentos totalizaram R\$ 1,24 bilhão (considerando o saldo final de 2020, os ajustes de exercício anterior decorrentes da atualização do cálculo do MEP do exercício de 2020 e movimentações como Investimentos), no comparativo com o saldo final de 2020 (R\$ 1,33 bilhão) observa-se que houve decréscimo de R\$ 82,4 milhões, equivalente a 6,21% do saldo inicial (2020) de investimentos, parte devido ao valor do Patrimônio Líquido da empresa investida PRODAM que sofreu redução de R\$ 131,97 milhões, contribuindo para o decréscimo do investimento na investidora..

⁵ Cia. Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB; Cia. São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA; São Paulo Urbanismo – SP Urbanismo; São Paulo Transporte S/A – SPTrans; Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação – PRODAM; São Paulo Parcerias - SP Parcerias; Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo – SP Cine; Cia. Paulista de Securitização – SP SEC; São Paulo Obras – SP Obras; São Paulo Turismo S/A – SP Turis; Companhia de Engenharia de Tráfego – CET e.

Os PL negativos das empresas SPObras, SPTurismo e CET constituem Provisão no Passivo da Prefeitura e no exercício de 2021, apresentou o montante de R\$ 236,68 milhões:

I – SPObras no valor de R\$ 15,68 milhões (diminuição do investimento em R\$ 9,03 milhões em relação a 2020 ajustado);

II – SPTurismo no valor de R\$ 57,78 milhões (diminuição do investimento em R\$ 68,23 milhões em relação a 2020 ajustado);

III – CET no valor de R\$ 163,22 milhões (diminuição do investimento em R\$ 7,39 milhões em relação a 2020 ajustado);

Em 2021 houve integralização de capital na SPCine no montante de R\$ 3,1 milhões e na SPTrans no montante de R\$ 4,3 milhões.

Com relação ao ajuste contábil, no valor de R\$ 4,6 milhões, na conta contábil de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital da Companhia de Desenvolvimento e Mobilizações de Ativos (SPDA), destacamos que se trata de reembolso parcial de Amortizações Extraordinárias, referentes ao período de abril/2016 a dezembro/2018, devidas pela Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) à SPDA. Tais Amortizações Extraordinárias encontram-se previstas no Instrumento de Cessão de Créditos e Outras Avenças firmado entre a Prefeitura do Município de São Paulo, a Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos e a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, conforme documento SEI nº 053517037, e sua compensação com os créditos de AFAC foi autorizada pela Quarta Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da SPDA, ocorrida em 12/12/2019, conforme documento SEI nº 053517506. A documentação suporte encontra-se disponível no processo SEI nº 7110.2019/0000012-9. O referido passivo foi extinto sem execução orçamentária, devido à ausência de fluxo financeiro na operação.

	em R\$				
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Saldo em 2020	Valor Adiantado	Valor Integralizado	Ajuste Contábil	Saldo em 2021
São Paulo Transporte S/A	4.279.661	-	(4.279.661)	-	-
SP - Cine	3.100.000	-	(3.100.000)	-	-
Cia. SP Desenv. Mobilização de Ativos - SPDA	22.824.520	-	-	(4.626.662)	18.197.858
Sub-Total	30.204.181	-	(7.379.661)	(4.626.662)	18.197.858
SP - Urbanismo	50.549.735	-	-	(1)	50.549.734
Total	80.753.916	-	(7.379.661)	(4.626.663)	68.747.592

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Com relação às participações avaliadas pelo Método de Custo, destacamos as Ações Ordinárias do Metrô – Disponíveis que totalizaram R\$ 1,07 bilhão em 2021, representando 44,9% das participações permanentes.

- **Demais Investimentos Permanentes:** Compreendem os demais direitos de qualquer natureza não classificáveis no Ativo Circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinam à manutenção das atividades do Município.

em R\$	
Demais Investimentos Permanentes	Exercício 2021
Operações Urbanas - Água Branca	3.510.117.000,00
Operações Urbanas - Água Espraiada	460.239.282,00
Operações Urbanas - Faria Lima	-
Outros	84.878,05
Total	3.970.441.160,05

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No Município, o grupo Demais Investimentos Permanentes é composto, principalmente, pelos títulos e valores das operações urbanas consorciadas. As operações urbanas que utilizam o CEPAC (Certificado de Potencial Adicional de Construção) são: Operação Urbana Consorciada Faria Lima, Operação Urbana Consorciada Água Espraiada e Operação Consorciada Água Branca.

Os CEPAC são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura, através da SPUrbanismo, utilizados como forma de pagamento de contrapartida para a outorga de Direito Urbanístico Adicional dentro do perímetro de uma Operação Urbana Consorciada. Cada CEPAC equivale a determinado valor de m² para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto.

As emissões de CEPAC são regidas pelas determinações contidas na Instrução 401 da CVM, que regulamenta a emissão dos títulos, as responsabilidades pelo acompanhamento das Operações Urbanas Consorciadas e indica a forma de exercício dos direitos assegurados pelos CEPAC.

Os CEPAC também podem ser utilizados como meio de pagamento das intervenções por meio de colocações privadas. Neste caso, o valor do CEPAC é atualizado pelo Índice Edificações em Geral, publicado mensalmente pela Secretaria Municipal da Fazenda no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, tendo como base o preço realizado no último leilão.

Em 18 de outubro de 2021, ocorreu o 2º leilão da 5ª distribuição dos CEPAC Faria Lima, no qual foram alienados 10.378 CEPAC ao valor unitário de R\$ 17.601,00, totalizando uma arrecadação de R\$ 182,67 milhões.

Em 30 de outubro de 2021, houve o encerramento da oferta pública de distribuição de Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC, da 5ª Distribuição Pública da Operação Urbana Consorciada Faria Lima da Prefeitura do Município de São Paulo, no

Mercado de Balcão Organizado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, resultando em uma desincorporação de ativos no valor de R\$ 1,43 bilhões.

						em R\$
CEPAC - Operações Urbanas	Saldo em 2020	Alienação ¹	Distribuição Encerrada	Saldo em 2021	CEPAC em Estoque	Variação %
Água Branca	3.510.117.000	-	-	3.510.117.000	2.184.000	0%
CEPAC-Residencial				-	1.599.000	
CEPAC-não Residencial				-	585.000	
Faria Lima	1.494.530.204	(67.778.822)	(1.426.751.383)	-	-	-100%
Água Espaiada	460.239.282	-	-	460.239.282	780.000	0,0%
Total	5.464.886.486	(67.778.822)	(1.426.751.383)	3.970.356.282	2.964.000	-27%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 1: Baixa de 10.378 unidades de CEPAC, pelo custo histórico de R\$ 6.531,01/unidade, alienadas no 2º leilão da 5ª distribuição dos CEPAC Faria Lima, ocorrido em 18/10/2021, no valor de R\$ 67.778.821,78. Valor total arrecadado no leilão R\$ 182.663.178,00 pelo valor de R\$ 17.601,00/unidade.

Imobilizado: Compreendem os direitos que têm por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Município ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram ao Município os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

		em R\$
Imobilizado	Exercício 2021	
Bens Móveis	1.876.928.757,66	
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(318.691.082,33)	
(-) Redução ao Valor Recuperável - Bens Móveis	(30.550,77)	
Bens Imóveis	25.330.122.725,32	
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(111.100.430,41)	
(-) Redução ao Valor Recuperável - Bens Imóveis	(70.047.750,96)	
Total	26.707.181.668,51	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

O Imobilizado do Município totalizou R\$ 26,71 bilhões e representa 26,2% do Ativo Não Circulante. Compreende os valores brutos do imobilizado e as deduções com depreciação acumulada e com o ajuste ao valor recuperável.

- **Bens Móveis:** Compreendem os valores da aquisição ou incorporação de bens tangíveis, que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços. Os Bens Móveis totalizaram R\$ 1,56 bilhão em 2021, representando 5,8% do Imobilizado.
- **Bens Imóveis:** Compreendem o valor dos bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou danos. Classificam-se⁶ em: bens de uso especial, bens dominicais, bens de uso comum do povo, bens imóveis em andamento e demais bens imóveis.

⁶ **Bens de uso especial:** compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas;

Bens dominicais: compreendem os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreendem ainda, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado;

Bens de uso comum do povo: podem ser entendidos como os de domínio público;

Bens imóveis em andamento: compreendem os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos;

Demais bens imóveis: compreendem os demais bens imóveis não classificados anteriormente, como bens imóveis locados para terceiros, imóveis em poder de terceiros, dentre outros bens.

em R\$	
Bens Imóveis	Exercício 2021
Bens de Uso Especial	15.009.617.878,63
Bens Dominicais	10.054.163.968,00
Bens de Uso Comum do Povo	-
Demais Bens Imóveis	266.340.878,69
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(111.100.430,41)
(-) Redução ao Valor Recuperável	(70.047.750,96)
Total	25.148.974.543,95

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Os Bens Imóveis totalizaram R\$ 25,1 bilhões em 2021, representando 94,2% do Imobilizado. Os Bens de Uso Especial representaram 59,7% e os Bens Dominicais 40,0% do grupo.

O Município de São Paulo não iniciou os trabalhos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura (Bens de Uso Comum do Povo), cuja contabilização deve ser iniciada a partir de 01.01.2023, conforme prazo-limite estabelecido no Anexo da Portaria STN nº 548/2015.

Os valores referentes à depreciação acumulada foram registrados nos seguintes Órgãos: IPREM, TCMSP, CMSP, COHAB, SPTurismo e SPUrbanismo e o registro de redução ao valor recuperável dos Bens Imóveis ocorreram na COHAB e no FMH.

Intangível: Compreende os ativos não monetários, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. O Intangível atingiu o montante de R\$ 34,7 milhões em 2021 e é composto, quase na sua totalidade, por *softwares*.

Passivo

Passivos são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para o Município saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. No exercício de 2021 o Passivo apresenta o montante de R\$ 237,78 bilhões, com o circulante representando 5,87% e o não circulante 94,13% do Passivo Total:

Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	R\$ 3.696.095.244	Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	R\$ 17.148.816.194
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$ 3.071.621.980	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 22.663.407.935
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 1.777.047.437	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ 2.737.276.553
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R\$ 6.970.941	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	R\$ 283.996.659
Provisões a Curto Prazo	R\$ 26.359.769	Provisões a Longo Prazo	R\$ 171.378.950.542
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 5.370.377.430	Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ 9.620.284.597
Total	R\$ 13.948.472.800	Total	R\$ 223.832.732.480
Passivo Total		R\$ 237.781.205.280	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Passivo Circulante

Compreende as obrigações exigíveis até 12 meses após a data das demonstrações contábeis e que atendam a um dos seguintes critérios: i) espera-se que o passivo seja pago durante o ciclo operacional normal da entidade; ii) o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; iii) o passivo deve ser pago no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou iv) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

em R\$				
Passivo Circulante	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação	%s/ Total
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.696.095.243,55	1.743.480.700,54	112,0%	26,5%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	3.071.621.979,51	2.225.766.436,11	38,0%	22,0%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.777.047.436,79	1.402.011.365,89	26,7%	12,7%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	6.970.940,82	7.280.844,99	-4,3%	0,0%
Provisões a Curto Prazo	26.359.769,31	70.889.380,73	-62,8%	0,2%
Demais Obrigações a Curto Prazo	5.370.377.430,34	5.814.111.875,61	-7,6%	38,5%
Total	13.948.472.800,32	11.263.540.603,87	23,8%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2021, o Passivo Circulante totalizou R\$ 13,95 bilhões e apresenta um aumento de 23,8% em relação ao exercício anterior, com destaque para Empréstimos e Financiamentos, Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais e Demais Obrigações que representam, respectivamente, 22,0%, 26,5% e 38,5% do total do grupo, equivalendo juntos a 87,0% do grupo.

Passivo Não Circulante

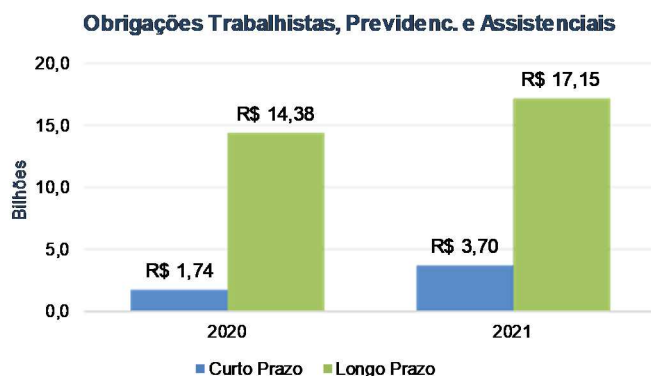
Compreendem os passivos exigíveis após 12 meses da data das demonstrações contábeis, que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificados no passivo circulante. Em 2021, o Passivo Não Circulante totalizou R\$ 223,83 bilhões, apresentando uma diminuição de 0,5% em relação ao exercício anterior, com destaque para as Provisões a Longo Prazo que representam 76,6% do total do grupo.

em R\$				
Passivo Não Circulante	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação	%s/ Total
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	17.148.816.194,16	14.381.160.610,32	19,2%	7,7%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	22.663.407.935,06	25.920.582.639,00	-12,6%	10,1%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	2.737.276.553,49	2.605.681.650,20	5,1%	1,2%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	283.996.658,98	293.006.923,02	-3,1%	0,1%
Provisões a Longo Prazo	171.378.950.541,78	173.484.264.113,09	-1,2%	76,6%
Demais Obrigações a Longo Prazo	9.620.284.596,57	8.340.875.110,47	15,3%	4,3%
Total	223.832.732.480,04	225.025.571.046,10	-0,5%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais: Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios ao qual o empregado ou

servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.



As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais apresentaram um aumento de R\$ 1,95 bilhão, correspondente a 112% no Curto Prazo e um aumento de R\$ 2,77 bilhões no Longo Prazo, totalizando um aumento de 19,25% em termos percentuais, se comparado ao exercício anterior.

Segregando a análise, destacam-se os valores referentes a Precatórios que representam 88,8% no Curto e no Longo Prazo, do total do grupo, conforme detalhado a seguir:

em R\$

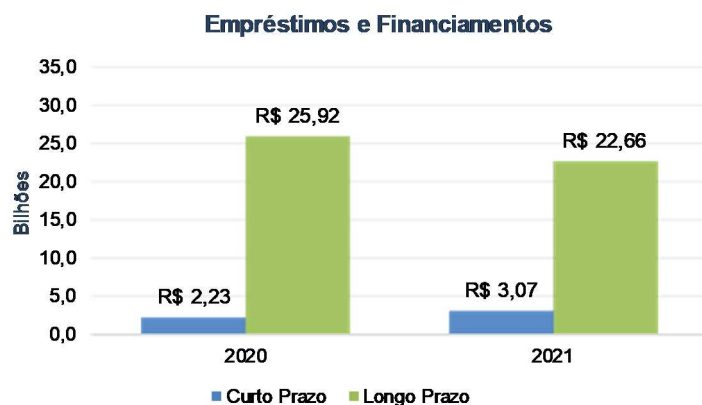
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist.	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Pessoal a Pagar	3.668.686.823,14	14.904.046.432,29	18.572.733.255,43	89,1%
Salários, Remunerações e Benefícios	18.996.720,06		18.996.720,06	0,1%
Férias e 13º Salário	45.432.940,85		45.432.940,85	0,2%
Demais Contas de Pessoal a Pagar	271.935,67		271.935,67	0,0%
Precatórios de Pessoal - Regime Especial	3.602.840.290,79	14.903.736.659,03	18.506.576.949,82	88,8%
Precatórios de Pessoal - Regime Ordinário	1.144.935,77	309.773,26	1.454.709,03	0,0%
Benefícios Previdenciários	2.369.800,59	2.156.083.865,13	2.158.453.665,72	10,4%
Obrigações do RPPS junto ao RGPS	2.348.754,09	-	2.348.754,09	0,0%
Sentenças Judiciais de Pequeno Valor	-	-	-	0,0%
Demais Benefícios Previdenciários a pagar	21.046,50	-	21.046,50	0,0%
Precatórios de Benef. Prev. - Regime Especial	-	2.156.083.865,13	2.156.083.865,13	10,3%
Benefícios Assistenciais a Pagar	1.879.582,35	-	1.879.582,35	0,0%
Encargos Sociais a Pagar	23.159.037,47	88.685.896,74	111.844.934,21	0,5%
RGPS	19.670.100,69	88.685.896,74	108.355.997,43	0,5%
RPPS	2.821.318,44	-	2.821.318,44	0,0%
Demais Encargos	667.618,34	-	667.618,34	0,0%
Total	3.696.095.243,55	17.148.816.194,16	20.844.911.437,71	100%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Empréstimos e Financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras externas e internas do Município a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, segregadas em curto e longo prazo.

				em R\$
Empréstimos e Financiamentos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Interno	3.032.796.776,31	22.161.162.918,75	25.193.959.695,06	97,9%
Externo	38.825.203,20	502.245.016,31	541.070.219,51	2,1%
Total	3.071.621.979,51	22.663.407.935,06	25.735.029.914,57	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF



Em 2021, os Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$ 25,74 bilhões e apresentaram uma diminuição de R\$ 2,41 bilhões, se comparado a 2020, representando 8,57% em termos percentuais. Em uma análise detalhada, verifica-se que os empréstimos com a União representam 95,1% do total do grupo, cujo detalhamento por contratos consta das Notas Explicativas deste Relatório.

Fornecedores e Contas a Pagar: Compreendem as obrigações junto a fornecedores de mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.



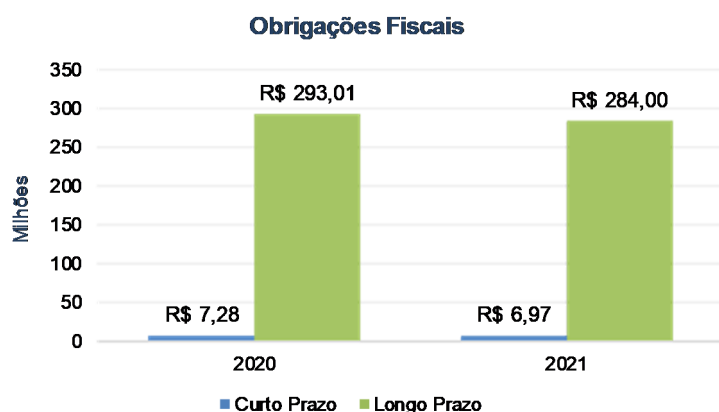
Em 2021, os Fornecedores e Contas a Pagar totalizaram R\$ 4,51 bilhões e apresentaram um aumento de R\$ 0,51 bilhão, representando 12,64% em termos percentuais, se comparado ao exercício anterior.

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que a conta Precatórios de Contas a Pagar – Credores Nacionais apresenta maior representatividade equivalente a 79,8% do total, conforme tabela a seguir:

	em R\$			
Fornecedores e Contas a Pagar	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	% s/ Total
Fornecedores Nacionais	748.503.847,12	-	748.503.847,12	16,6%
Contas a Pagar - Credores Nacionais	142.386.688,06	-	142.386.688,06	3,2%
Precatórios de Contas a Pagar - Credores Nacionais	867.053.702,37	2.737.276.553,49	3.604.330.255,86	79,8%
Contas a Pagar Nacionais - Dec. Jud. - Exceto Precat.	1.415.549,80	-	1.415.549,80	0,0%
Fornecedores Nacionais-INTRA OFSS	795.653,27	-	795.653,27	0,0%
Fornecedores Estrangeiros	16.891.996,17	-	16.891.996,17	0,4%
Total	1.777.047.436,79	2.737.276.553,49	4.514.323.990,28	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Obrigações Fiscais: Compreendem as obrigações do Município relativas a impostos, taxas e contribuições. Neste grupo também estão computados os valores referentes a parcelamentos de tributos federais (PASEP da PMSP), (PIS/COFINS da COHAB), (IRPJ/CSLL da SPUrbanismo), além de parcelamento de tributos municipais (SPTurismo).



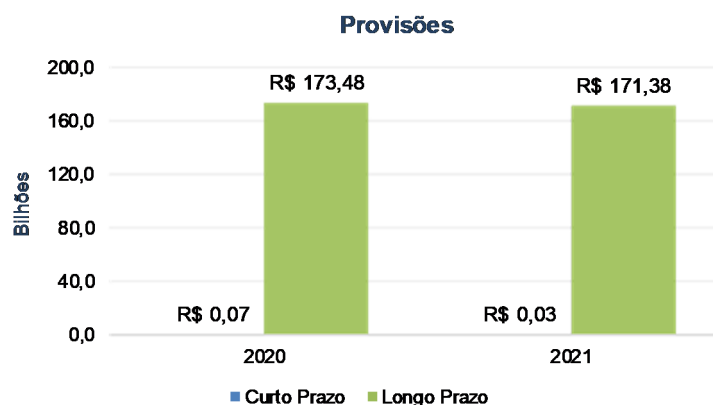
Em 2021, as Obrigações Fiscais totalizaram R\$ 290,97 milhões e apresentaram uma diminuição de R\$ 9,32 milhões, se comparado ao ano anterior, representando 3,10% em termos percentuais.

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que as contas de maior representatividade são as Obrigações Fiscais com a União que equivalem a 72,4% do grupo, conforme tabela a seguir:

	em R\$			
Obrigações Fiscais	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	% s/ Total
Obrigações Fiscais com a União	6.151.711,82	204.422.707,70	210.574.419,52	72,4%
Obrigações Fiscais com os Municípios	819.229,00	79.573.951,28	80.393.180,28	27,6%
Total	6.970.940,82	283.996.658,98	290.967.599,80	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Provisões: São obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para o Município saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.



Em 2021, as Provisões totalizaram R\$ 171,41 bilhões e apresentaram uma redução de R\$ 2,15 bilhões, representando 1,2%.

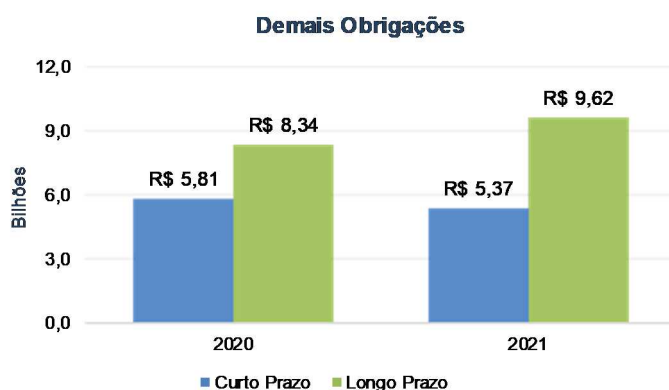
Detalhando a análise deste grupo, observa-se que as Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS representam 99,6% do grupo e têm por objetivo demonstrar a real situação patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de cada ente federativo e corroboram com a necessidade de cobertura de constantes insuficiências financeiras do regime por este Município, nos termos da Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998.

em R\$				
Provisões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	% s/ Total
Provisões para Riscos Trabalhistas	4.371.931,02	28.034.365,58	32.406.296,60	0,0%
Provisões Matemáticas Previdenciárias		170.743.173.430,77	170.743.173.430,77	99,6%
Provisões para Riscos Fiscais		27.124.661,19	27.124.661,19	0,0%
Outras Provisões	20.698.448,07	478.823.563,68	499.522.011,75	0,3%
Provisão p/ Contingentes Cíveis	1.289.390,22	101.794.520,56	103.083.910,78	0,1%
Total	26.359.769,31	171.378.950.541,78	171.405.310.311,09	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As provisões matemáticas previdenciárias do RPPS são contabilizadas no IPREM que, em 2021, tiveram uma redução de R\$ 2,31 bilhões referente ao resultado da avaliação atuarial (Deficit Atuarial), cujo detalhamento consta das Notas Explicativas deste Relatório.

Demais Obrigações: Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos grupos anteriores.



Em 2021, o grupo Demais Obrigações totalizou R\$ 14,99 bilhões e apresentou um aumento de R\$ 0,84 bilhão, representando 5,9%.

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que a conta Depósitos Judiciais apresenta maior representatividade equivalente a 85,5% do total, conforme tabela a seguir:

em R\$				
Demais Obrigações	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Adiantamentos de Clientes	117.967.965,90	971.710,00	118.939.675,90	0,8%
Obrigações Decorrentes de Contratos de PPP	32.566.754,35	-	32.566.754,35	0,2%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	53.649.734,18	53.649.734,18	0,4%
Valores Restituíveis*	4.687.262.084,32	8.983.667.762,56	13.670.929.846,88	91,2%
Depósitos Judiciais	3.846.647.877,15	8.975.503.692,77	12.822.151.569,92	85,5%
Consignações	15.921.029,47	-	15.921.029,47	0,1%
Depósitos Não Judiciais	421.955.533,74	-	421.955.533,74	2,8%
Outros Valores Restituíveis	402.737.643,96	8.164.069,79	410.901.713,75	2,7%
Outras Obrigações	532.580.625,77	581.995.389,83	1.114.576.015,60	7,4%
Total	5.370.377.430,34	9.620.284.596,57	14.990.662.026,91	100,0%

* incluído valores intra

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Depósitos Judiciais** - correspondem ao previsto na Lei Complementar nº 151/2015, sendo que 30% dos depósitos judiciais constituem o Fundo de Reserva, cujos recursos representam entradas compensatórias e estão registrados no Ativo e no Passivo Financeiro do Município. Os depósitos judiciais são valores relacionados a processos judiciais e administrativos, nos quais o Município seja parte, que ficam depositados em contas oficiais para garantir que, ao final, as sentenças sejam cumpridas.

Patrimônio Líquido

Corresponde ao valor residual dos ativos do Município depois de deduzidos todos os passivos. Caso o valor do passivo seja maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Sendo assim, o termo Patrimônio Líquido deve ser substituído por Passivo a Descoberto, que é o caso observado aqui no Município de São Paulo.

O quadro abaixo apresenta a atual composição do Passivo a Descoberto do Município em comparação com o ano anterior:

	em R\$			
Passivo a Descoberto	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação	% s/ Total
Patrimônio Social e Capital Social	1.415.507.329,28	1.361.070.999,88	4,0%	-1,5%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	126,13	620.520.691,95	-100,0%	0,0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(417.967,20)	(208.983,60)	100,0%	0,0%
Demais Reservas	261.326.585,19	259.626.942,10	0,7%	-0,3%
Resultados Acumulados	(96.758.010.228,32)	(108.349.479.413,79)	-10,7%	101,8%
Resultado do Exercício	12.159.809.981,52	(588.929.013,15)	-2164,7%	-12,8%
Ajuste no Resultado do Exercício*		208.983,60	-100,0%	0,0%
Resultado de Exercícios Anteriores	(108.370.453.527,29)	(112.289.459.237,15)	-3,5%	114,0%
Ajustes de Exercícios Anteriores	(547.366.682,55)	4.528.699.852,91	-112,1%	0,6%
Total	(95.081.594.154,92)	(106.108.469.763,46)	-10,4%	100,0%

* Ajuste realizado na SP Urbanismo em contrapartida da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A seguir, destacam-se as principais movimentações ocorridas neste exercício, que contribuíram para a variação positiva de 10,4% apresentada no Passivo a Descoberto:

- **Resultado do Exercício** – Em 2021, o Município teve um resultado patrimonial consolidado superavitário de R\$ 12,16 bilhões frente a um resultado deficitário de R\$ 588,9 milhões em 2020, onde se destacam as principais razões que impactaram neste resultado:
 - ✓ **PMSP** – Aumento na arrecadação tributária no montante de R\$ 9,14 bilhões, representando uma variação positiva de 24,65%, na comparação do exercício de 2021 com o exercício anterior;
 - ✓ **IPREM** – No comparativo 2020-2021, houve diminuição da constituição de provisão matemática previdenciária de R\$ 10,21 bilhões em 2020 para R\$ 5,3 bilhões em 2021 e também reversão da mesma provisão em 2021 no valor de R\$ 7,61 bilhões, conforme relatório da avaliação atuarial data base dezembro/2020 pela empresa FIA (Fundação Instituto de Administração) constante no processo SEI nº 6017.2021/0007049-1.
- **Ajustes de Exercícios Anteriores - AJEA** – Compreendem todos os ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis. Observa-se movimentação no AJEA de R\$ 4,53 bilhões (saldo devedor) em 2020 para R\$ 547,38 milhões (saldo credor) em 2021, cujo detalhamento por empresa consta das Notas Explicativas deste Relatório;
- **Patrimônio Social e Capital Social** – O aumento na conta Capital Social, corresponde ao valor do Capital Social da empresa SP Cine no valor de R\$ 25 milhões que a partir do exercício de 2021 foi considerada empresa dependentes e incluída no Orçamento Fiscal e Seguridade Social (OFSS) da PMSP e aumento de capital Social na empresa SP Turis, no

valor de R\$ 29,44 milhões, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 29/04/2021;

- **Demais Reservas** – Compreendem os saldos das contas: reserva de reavaliação de bens imóveis e outras reservas registrados nas empresas: IPREM, SPTurismo, SPUrbanismo, COHAB e FMH. A variação positiva ocorrida entre 2020 e 2021 corresponde a: (i) movimentação de R\$ 7,82 milhões (saldo credor) ocorrida na SP Urbanismo referente ajuste ao valor de mercado de bens imóveis conforme laudos de avaliação elaborados pela empresa INSPECT AMBIENTAL LTDA - Processo SEI 7810.2020/0001146-2 e processo SEI nº 7810.2019/0000599-1 e (ii) reserva de reavaliação de bens ocorrida na SP TURIS no valor de R\$ 6,12 milhões (devedor).

Superavit Financeiro

O Superavit ou Deficit Financeiro é obtido através dos seguintes quadros auxiliares do Balanço Patrimonial: Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros⁷ e Permanentes⁸ (correspondente à soma dos Ativos Financeiros deduzidos dos Passivos Financeiros) e do Quadro do Superavit / Deficit Financeiro (correspondente às Disponibilidades por Destinação de Recursos segregadas por Fonte).

- **Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes:** o superavit financeiro de R\$ 16,51 bilhões, resulta da equação: Ativos Financeiros de R\$ 30,85 bilhões deduzidos dos Passivos Financeiros de R\$ 14,34 bilhões, o qual é fonte para abertura de créditos adicionais no orçamento público do exercício seguinte.

em R\$

Ativo (I)			Passivo (II)		
Ativo Financeiro	R\$	30.849.235.318	Passivo Financeiro	R\$	14.343.490.624
Ativo Permanente	R\$	111.850.375.807	Passivo Permanente	R\$	230.630.781.433
Total do Ativo	R\$	142.699.611.125	Total do Passivo	R\$	244.974.272.057
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)			(102.274.660.931,20)		

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF



Fórmula do Superavit Financeiro = Ativo Financeiro (-) Passivo Financeiro	R\$ 16.505.744.694
---	---------------------------

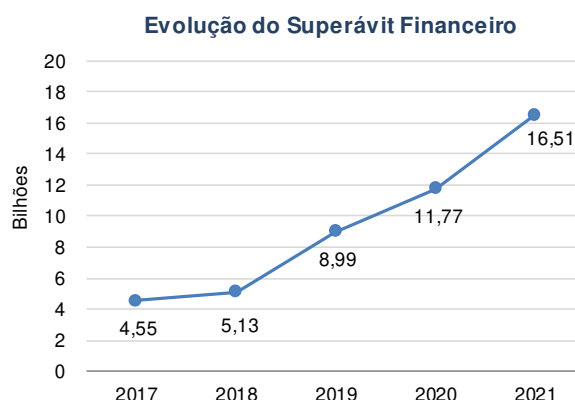
⁷ Ativos Financeiros: compreendem os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. Passivos Financeiros: compreendem as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

⁸ Ativos Permanentes: compreendem os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. Passivos Permanentes: compreendem as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

A evolução do Superavit Financeiro nos últimos exercícios segue demonstrada a seguir, onde se observa um expressivo aumento de 40,3% na comparação do exercício de 2021 com o exercício anterior:

Ano	Superávit Financeiro	% Variação
2017	R\$ 4.554.406.881	-
2018	R\$ 5.127.202.256	12,6%
2019	R\$ 8.991.308.590	75,4%
2020	R\$ 11.768.254.650	30,9%
2021	R\$ 16.505.744.694	40,3%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



- **Quadro do Superavit / Deficit Financeiro:** Segregando o superavit financeiro por Fontes de Recursos, as quais podem ser vinculadas ou ordinárias, conforme tabela seguir:

em R\$				
Superávit Financeiro por Fonte de Recursos	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação	%s/ Total
Ordinária	8.293.886.334,22	5.512.641.626,07	50,5%	50,2%
Vinculada	8.211.858.359,94	6.255.613.024,11	31,3%	49,8%
Operações de Crédito	199.169.905,37	203.798.897,56	-2,3%	1,2%
Transferências Federais	883.470.973,35	631.207.149,03	40,0%	5,4%
Transferências Estaduais	301.592.597,77	173.583.225,80	73,7%	1,8%
Fundo Constitucional de Educação	525.042.175,87	102.425.291,30	412,6%	3,2%
Outras Fontes	431.930.313,17	388.029.924,28	11,3%	2,6%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	5.337.673.941,02	4.577.519.676,26	16,6%	32,3%
Alienação de Bens Ativos	67.075.832,29	61.274.586,79	9,5%	0,4%
Depósitos Judiciais	362.952.970,03	34.966.453,67	938,0%	2,2%
Transferências Federais Custeio Covid Fundo a Fundo Serv. Pub. Saúde	92.071.627,33	77.078.017,88	19,5%	0,6%
Transferências Federais Invest. Covid Fundo a Fundo Serv. Pub. Saúde	8.011.315,17	3.375.769,00	137,3%	0,0%
Transferências Federais Convênios/Contratos Covid vinculado à Saúde	-	-	0,0%	0,0%
Transferências Federais LC 173/2020; art 5º, I	2.866.708,57	2.354.032,54	21,8%	0,0%
Recursos Extraorçamentários	-	-	0,0%	0,0%
Total	16.505.744.694,16	11.768.254.650,18	40,3%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Cabe salientar que a Secretaria Municipal da Fazenda editou as Portarias SF nº 156, de 26 de agosto de 2020 e nº 11 de 22 de janeiro de 2021, que posteriormente foi alterada pela Portaria SF nº 29 de 16 de fevereiro de 2021. Tal alteração ocorreu pelo encaminhamento extemporâneo por parte da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), indicando qual foi o montante exato de receitas de doações direcionadas do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD) que não são passíveis de desvinculação. Portanto o montante de receitas inicialmente desvinculadas no exercício de 2020 de R\$ 438,3 milhões foi ajustado para R\$ 430,09 milhões, cujos reflexos contábeis ocorreram no exercício de 2021.

Em virtude da referida alteração, os valores relativos ao exercício de 2020 do superavit financeiro da fonte ordinária 00 - Tesouro Municipal apresentaram-se com saldo de R\$ 8,2

milhões a maior e a fonte vinculada 05 - Outras Fontes com este mesmo montante a menor, sendo que as aberturas de crédito adicional por superavit financeiro em 2021 levaram em consideração estes valores corrigidos, conforme texto da Portaria SF nº 29/2021:

Art. 4º As **aberturas de crédito adicional por superávit financeiro** durante o **exercício de 2021** levarão em **consideração a correção dos valores de desvinculação** da receita conforme esta Portaria.

Parágrafo Único. A correção do valor da desvinculação será **objeto de Nota Explicativa** no Balanço Municipal. (grifos nossos)

Indicadores Patrimoniais

Liquidez Imediata (LI): Indica a capacidade financeira de o Município honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, com os recursos disponíveis em caixa e em bancos. Em 2021, observou-se um índice de 1,77:

Liquidez Imediata (LI)	Caixa e Equivalentes	=	24.747.281.858,69	=	1,77
	Passivo Circulante		13.948.472.800,32		

Entretanto, a PMSP possui em seu Passivo Circulante o saldo de R\$ 3,85 bilhões referente ao Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais e Administrativos (LC 151/2015), e o valor de R\$ 1,81 bilhão referente às contas I e II mantidas no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para pagamento de precatórios, cujas obrigações não serão pagas com recursos do caixa. Assim, apresentamos o índice de Liquidez Imediata recalculado de 2,98:

Liquidez Imediata (Recalculada)	Caixa e Equivalentes	=	24.747.281.858,69	=	2,98
	Passivo Circulante *		8.290.882.736,08		

* Passivo Circulante deduzido dos saldos das contas 1.1.3.5.1.02 referente ao Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais (LC nº 151/2015) e conta 1.1.3.5.1.08 referente aos recursos custodiados no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP para pagamento de precatórios relativos à EC62/09, cujas obrigações não serão pagas com recursos do caixa.

Liquidez Corrente (LC): Demonstra quanto o Município poderá dispor em recursos a curto prazo para pagar suas dívidas circulantes. Em 2021, observou-se um índice de 2,92:

Liquidez Corrente (LC)	Ativo Circulante	=	40.699.472.671,28	=	2,92
	Passivo Circulante		13.948.472.800,32		

Liquidez Seca (LS): Demonstra quanto o Município poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer frente às suas obrigações de curto prazo. Em 2021, observou-se um índice de 2,89:

Liquidez Seca (LS)	Ativo Circulante (-) Itens Não Monetários *	=	40.273.642.983,85	=	2,89
	Passivo Circulante		13.948.472.800,32		

* Ativo Circulante, deduzidos os Estoques e VPD Pagas Antecipadamente

Liquidez Geral (LG): A Liquidez Geral, ou índice de solvência geral, é a medida que demonstra a capacidade do Município honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazo. Em 2021, observou-se um índice de 0,46:

Liquidez Geral (LG)	Ativo Circulante (+) Ativo Realizável a LP	=	109.067.556.709,02	=	0,46
	Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante		237.781.205.280,36		

Índice de Solvência (IS): Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro. Em 2021, observou-se um índice de 0,60:

Índice de Solvência (IS)	Ativo Circulante (+) Ativo não Circulante	=	142.699.611.125,44	=	0,60
	Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante		237.781.205.280,36		

Endividamento Geral (EG): Esse índice demonstra o grau de endividamento do Município. Reflete ainda a sua estrutura de capital. Em 2021, observou-se um índice de 1,67:

Endividamento Geral (EG)	Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante	=	237.781.205.280,36	=	1,67
	Ativo Total		142.699.611.125,44		

Composição do Endividamento (CE): Representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Geralmente é melhor para a entidade que suas dívidas sejam de longo prazo. Em 2021, observou-se um índice de 0,06:

Composição do Endividamento (CE)	Passivo Circulante	=	13.948.472.800,32	=	0,06
	Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante		237.781.205.280,36		

Resultado Patrimonial do Período

O resultado patrimonial é apurado através da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD). Esta demonstração evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária. O resultado patrimonial deve ser analisado em conjunto com outros indicadores, tendo em vista que o Município não tem como

finalidade a obtenção de lucro, mas sim a finalidade de disponibilizar bens e prestar serviços à população paulistana.

Em 2021, as variações patrimoniais aumentativas totalizaram R\$ 132,5 bilhões e as diminutivas R\$ 120,3 bilhões, decorrendo em resultado patrimonial positivo no período de R\$ 12,16 bilhões:

Exercício 2021	
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	Variações Patrimoniais Diminutivas (II)
R\$ 132.505.636.491,93	R\$ 120.346.035.494,01
Resultado Patrimonial do Período = (I - II)	
R\$ 12.159.600.997,92	

Segregando a análise do resultado patrimonial, observa-se que a administração direta e a indireta apresentaram resultado de R\$ 10,7 bilhões (positivo) e R\$ 1,46 bilhão (positivo), respectivamente:

Administração Direta			Administração Indireta			Consolidado	
Resultado Patrimonial	10,70 bilhões	+	Resultado Patrimonial	1,46 bilhões	=	Resultado Patrimonial	12,16 bilhões

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas estão segregadas a seguir, onde se observa um aumento de 34,0% no total das VPA e um aumento de 20,9% no total das VPD, na comparação do exercício de 2021 com 2020:

em R\$				
Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação	%s/ Total
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	46.804.501.385,68	37.798.891.000,56	23,8%	35,32%
Contribuições	5.150.251.694,88	5.169.521.159,38	-0,4%	3,89%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	767.378.913,29	2.395.852.821,11	-68,0%	0,58%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	32.284.999.836,75	15.345.163.697,49	110,4%	24,37%
Transferências e Delegações Recebidas	34.138.899.734,69	33.120.096.849,91	3,1%	25,76%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	696.615.777,73	410.693.748,69	69,6%	0,53%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	12.662.989.148,91	4.675.013.758,81	170,9%	9,56%
Total	132.505.636.491,93	98.915.233.035,95	34,0%	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

em R\$				
Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação	%s/ Total
Pessoal e Encargos	(17.730.684.144,63)	(16.555.423.337,74)	7,1%	14,7%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	(11.349.518.757,16)	(10.908.363.878,75)	4,0%	9,4%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	(15.995.321.006,05)	(15.127.661.731,33)	5,7%	13,3%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	(4.904.886.431,76)	(2.745.650.236,78)	78,6%	4,1%
Transferências e Delegações Concedidas	(32.642.796.669,72)	(29.044.074.849,12)	12,4%	27,1%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	(30.883.802.192,63)	(13.691.594.790,83)	125,6%	25,7%
Tributárias	(700.321.044,98)	(613.892.927,85)	14,1%	0,6%
Custo das Mercadorias Vendidas	(30.502.381,77)	(23.686.629,69)	28,8%	0,0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	(6.108.202.865,31)	(10.793.813.667,01)	-43,4%	5,1%
Total	(120.346.035.494,01)	(99.504.162.049,10)	20,9%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Segregando a composição das contas Outras Variações Patrimoniais Aumentativas e Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, destacam-se os saldos de maior relevância, que se encontram demonstrados a seguir:

em R\$		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício 2021	% s/ Total
Multas de Trânsito	1.370.056.222,67	10,8%
Outorga Onerosa FUNDURB	880.563.230,80	7,0%
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	7.679.511.903,76	60,6%
Demais Multas	949.234.181,66	7,5%
Resultado Positivo Equivalência Patrimonial	154.932.010,35	1,2%
Indenizações e Restituições	175.041.767,76	1,4%
Demais Contas	1.453.649.831,91	11,5%
Total	12.662.989.148,91	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

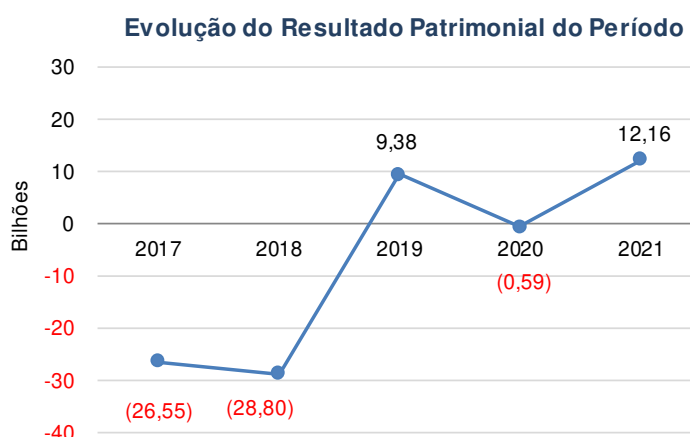
em R\$		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício 2021	% s/ Total
Provisões Matemáticas Previdenciárias	5.300.352.951,61	86,8%
Resultado Negativo Equivalência Patrimonial	185.089.282,35	3,0%
Indenizações e Restituições	119.721.648,84	2,0%
Outros Incentivos	200.796.159,45	3,3%
Premiações	18.485.652,42	0,3%
Demais Contas	283.757.170,64	4,6%
Total	6.108.202.865,31	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na evolução do Resultado Patrimonial nos últimos exercícios demonstrada a seguir, observavam-se resultados patrimoniais negativos em 2017 e 2018, porém, no exercício de 2019 o resultado patrimonial do período apresentou-se positivo em R\$ 9,38 bilhões, mas em 2020 voltou a declinar chegando a R\$ 0,59 bilhão (negativo). Em 2021, apresentou-se novamente positivo em R\$ 12,16 bilhões.

Ano	Resultado Patrimonial do Período
2017	-R\$ 26.546.103.195
2018	-R\$ 28.796.392.547
2019	R\$ 9.382.499.541
2020	-R\$ 588.929.013
2021	R\$ 12.159.600.998

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais

É o resultado da relação entre o total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Em 2021, observou-se o quociente de 1,10:

Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	VPA	=	132.505.636.491,93	=	1,10
	VPD		120.346.035.494,01		

Análise Financeira

A situação financeira do Município de São Paulo poderá ser analisada através de informações extraídas do Balanço Financeiro⁹ que demonstra a apuração do resultado financeiro do exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Ingressos

O resumo dos ingressos, obtido através do Balanço Financeiro, está segregado em administração direta e indireta, e totalizaram o montante de R\$ 149,2 bilhões no exercício de 2021, correspondendo a um aumento de 14,3% se comparado aos ingressos do exercício anterior.

Ingressos	Administração Direta		Administração Indireta		Consolidado
Receitas Orçamentárias	R\$ 71.318.811.974		R\$ 5.331.883.915		R\$ 76.650.695.889
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 1.000.484.014		R\$ 9.326.409.023		R\$ 10.326.893.037
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 38.007.435.963	+	R\$ 1.372.890.680	=	R\$ 39.380.326.643
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 21.997.878.810		R\$ 848.631.259		R\$ 22.846.510.069
Total	R\$ 132.324.610.760		R\$ 16.879.814.878		R\$ 149.204.425.638

- **Receita Orçamentária** – corresponde às receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e classificam-se em receitas ordinárias¹⁰ e receitas vinculadas¹¹. As receitas orçamentárias arrecadadas em 2021 alcançaram o montante de R\$ 76,7 bilhões, apresentando um aumento de 15%, se comparado ao exercício anterior.

Na segregação por Fonte de Recursos, observa-se que as Fontes Ordinárias representam 79,0% e as Fontes Vinculadas representam 21,0% do total. A maior representatividade do grupo está na Fonte Ordinária - Tesouro Municipal correspondendo a 72,6%.

⁹ Lei nº 4.320/1964 – Art. 103. Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

¹⁰ Receitas Ordinárias: possuem livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

¹¹ Receitas Vinculadas: cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

em R\$

Receita Orçamentária	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação	%s/ Total
Ordinária	60.568.049.066,92	52.107.138.696,34	16,2%	79,0%
Tesouro Municipal	55.646.659.515,96	47.073.434.599,77	18,2%	72,6%
Recursos Próprios da Administração Indireta	4.739.393.218,32	4.744.409.396,24	-0,1%	6,2%
Recursos Próprios da Empresa Dependente	181.996.332,64	289.294.700,33	-37,1%	0,2%
Vinculada	16.082.646.822,12	14.554.071.931,58	10,5%	21,0%
Operações de Crédito	131.092.883,87	521.466.706,28	-74,9%	0,2%
Transferências Federais	3.421.160.656,33	4.147.174.361,25	-17,5%	4,5%
Transferências Estaduais	968.870.240,77	712.614.618,99	36,0%	1,3%
Fundo Constitucional de Educação	5.891.222.940,30	4.681.603.079,65	25,8%	7,7%
Outras Fontes	120.093.514,28	204.444.808,93	-41,3%	0,2%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	3.398.428.833,66	3.088.972.006,65	10,0%	4,4%
Alienação de Bens Ativos	98.215.702,11	50.295.488,01	0,0%	0,1%
Depósitos Judiciais	1.499.434.018,36	719.943.761,25	0,0%	2,0%
Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	543.449.598,44	335.525.438,28	0,0%	0,7%
Transf. Fed. - Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	10.678.434,00	3.375.769,00	0,0%	0,0%
Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I	-	88.655.893,29	0,0%	0,0%
Total	76.650.695.889,04	66.661.210.627,92	15,0%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A Receita Orçamentária no Balanço Financeiro apresenta-se pelo valor líquido, considerando as receitas dedutoras e as desvinculações. Neste contexto, segue o quadro comparativo do total das deduções da receita por Fonte de Recursos, ocorridas em 2021 e no exercício anterior, onde se observou um aumento 21,0% no total:

em R\$

Deduções por Fonte de Recursos	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação	%s/ Total
Tesouro Municipal	(2.814.679.323,65)	(2.304.625.694,12)	22,1%	98,2%
Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	(41.776.719,44)	(62.550.602,57)	-33,2%	1,5%
Fundo Constitucional da Educação	(8.609.284,01)	-	0,0%	0,3%
Recursos Próprios da Administração Indireta	(470.082,59)	(191.017,97)	146,1%	0,0%
Outras Fontes	(154.000,00)	(562.038,66)	-72,6%	0,0%
Recursos Próprios da Empresa Dependente	(36,17)	(30.584,10)	-99,9%	0,0%
Transferências Estaduais	-	(721.133,80)	-100,0%	0,0%
Transferências Federais	-	(5.289,62)	-100,0%	0,0%
Total	(2.865.689.445,86)	(2.368.686.360,84)	21,0%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 93/2016, ficou estabelecida a desvinculação de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, de 30% (trinta por cento) das receitas dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes. Por meio do Decreto nº 57.380/2016 e alterações, a Prefeitura de São Paulo regulamentou a desvinculação das receitas do Município, cujo detalhamento consta das Notas Explicativas deste Relatório.

No exercício de 2021 as desvinculações totalizaram R\$ 279,1 milhões e estão demonstradas no quadro a seguir:

em R\$

Desvinculações por Fonte de Recursos	Valor Realizado	Desvinculação (DE)	Desvinculação (PARA)	Valor Realizado após Desvinculações
Tesouro Municipal	55.646.659.515,96	-	279.057.146,86	55.925.716.662,82
Recursos Próprios da Administração Indireta	4.739.393.218,32	-	-	4.739.393.218,32
Recursos Próprios da Empresa Dependente	181.996.332,64	-	-	181.996.332,64
Operações de Crédito	131.092.883,87	-	-	131.092.883,87
Transferências Federais	3.421.160.656,33	-	-	3.421.160.656,33
Transferências Estaduais	968.870.240,77	-	-	968.870.240,77
Fundo Constitucional de Educação	5.891.222.940,30	-	-	5.891.222.940,30
Outras Fontes	120.093.514,28	(10.386.033,10)	-	109.707.481,18
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	3.398.428.833,66	(268.671.113,76)	-	3.129.757.719,90
Alienação de Bens Ativos	98.215.702,11	-	-	98.215.702,11
Depósitos Judiciais	1.499.434.018,36	-	-	1.499.434.018,36
Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	543.449.598,44			543.449.598,44
Transf. Fed. - Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	10.678.434,00			10.678.434,00
Total	76.650.695.889,04	(279.057.146,86)	279.057.146,86	76.650.695.889,04

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Transferências Financeiras Recebidas** – refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Em 2021, totalizaram R\$ 10,3 bilhões, apresentando um decréscimo de 6,9% se comparado ao montante do exercício anterior, conforme quadro a seguir. Uma análise mais detalhada, demonstrando as transferências recebidas por empresas da administração direta e indireta, consta das Notas Explicativas deste Relatório.

em R\$

Transferências Financeiras Recebidas	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação	% s/ Total
Para Execução Orçamentária	4.074.225.037,87	5.235.370.345,77	-22,2%	39,5%
Independentes de Execução Orçamentária	14.476.262,69	47.179.297,13	-69,3%	0,1%
Para Aportes de Recursos para o RPPS	6.238.191.736,44	5.806.630.476,76	7,4%	60,4%
Para Aportes de Recursos Para o RGPS	-	-	0,0%	0,0%
Total	10.326.893.037,00	11.089.180.119,66	-6,9%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Recebimentos Extraorçamentários** – compreendem os ingressos não previstos no orçamento, como os ingressos de recursos relativos às fianças, cauções, consignações em folha, retenções e à inscrição de restos a pagar, dentre outros.
Em 2021, totalizaram R\$ 39,4 bilhões, apresentando um aumento de 11,5%, se comparado ao exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

em R\$

Recebimentos Extraorçamentários	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação	% s/ Total
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	6.663.562.461,46	5.326.874.995,59	25,1%	16,9%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	266.490.072,31	472.833.703,96	-43,6%	0,7%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.066.673.236,60	7.587.247.957,24	6,3%	20,5%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	24.383.600.872,31	21.917.403.380,89	11,3%	61,9%
Total	39.380.326.642,68	35.304.360.037,68	11,5%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A inscrição em Restos a Pagar no exercício de 2021 totalizou R\$ 6,9 bilhões e está segregada em Restos a Pagar Não Processados (Não Liquidados a Pagar) no valor de R\$ 6,7 bilhões e em Restos a Pagar Processados (Liquidados a Pagar) no valor líquido de R\$ 0,3 bilhão. A seguir, constam detalhamento dos valores inscritos em restos em 2021, segregados por órgãos:

Órgão	Total Liquidado a Pagar			em R\$	
	Liquidado a Pagar (Valores Brutos) (a)	(-) Valor das Retenções (b)	Liquidado a Pagar (Valores Líquidos) (c) = (a - b)	Não Liquidado a Pagar (d)	Saldo a Pagar (e) = (c + d)
Secretaria Municipal de Educação	31.736.036,56	83.912,82	31.652.123,74	3.760.942.664,05	3.792.594.787,79
Fundo Municipal de Saúde	133.307.931,72	73.530,61	133.234.401,11	581.297.356,53	714.531.757,64
Encargos Gerais do Município	7.607.644,28	48.950,46	7.558.693,82	309.406.591,35	316.965.285,17
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/Fundo I	1.023.157,65	127,47	1.023.030,18	263.375.431,40	264.398.461,58
Fundo de Desenvolvimento Urbano	8.911.955,94	59.589,07	8.852.366,87	226.156.366,95	235.008.733,82
Secretaria Municipal das Subprefeituras	3.956.445,41	83.165,95	3.873.279,46	136.288.688,05	140.161.967,51
Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e C	4.867.796,02	1.424,97	4.866.371,05	125.495.890,50	130.362.261,55
Secretaria Municipal de Cultura	9.089.959,31	16.547,91	9.073.411,40	110.321.527,43	119.394.938,83
Fundo Municipal de Assistência Social	4.192.093,43	-	4.192.093,43	107.144.148,82	111.336.242,25
Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infr	8.365.097,06	8.210,14	8.356.886,92	101.105.029,05	109.461.915,97
Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito	19.876,77	-	19.876,77	54.075.077,38	54.094.954,15
Fundo Municipal de Iluminação Pública	497.145,90	-	497.145,90	52.623.203,56	53.120.349,46
Secretaria do Governo Municipal	23.600,00	-	23.600,00	52.639.499,25	52.663.099,25
Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	3.480.775,32	-	3.480.775,32	47.935.634,68	51.416.410,00
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	6.301.888,89	143.038,83	6.158.850,06	44.416.172,91	50.575.022,97
Demais Órgãos	47.013.588,70	3.386.422,42	43.627.166,28	690.339.179,55	733.966.345,83
Total	270.394.992,96	3.904.920,65	266.490.072,31	6.663.562.461,46	6.930.052.533,77

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Saldo do exercício anterior** – representa os saldos dos recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo, provenientes do exercício anterior.

em R\$	
Saldo do Exercício Anterior	Exercício 2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.165.275.314,71
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.600.790.566,72
Aplicações em Renda Fixa - RPPS	80.444.187,76
Total	22.846.510.069,19

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No início do exercício de 2021, as disponibilidades apresentavam o montante de R\$ 22,8 bilhões, com a conta Caixa e Equivalentes representando 80% e os Depósitos Restituíveis 20% do total.

Na comparação do saldo final de Caixa e Equivalentes de R\$ 18.147.065.361,81 do exercício de 2020 com o saldo inicial de R\$ 18.165.275.314,71 do exercício de 2021 observa-se uma diferença de R\$ 18.209.952,90 relativa ao saldo de Caixa e Equivalentes da empresa SP-Cine que se tornou dependente neste exercício e passou a compor o Balanço Financeiro Consolidado.

Dispêndios

O resumo dos dispêndios, obtido através do Balanço Financeiro, está segregado em administração direta e indireta e totalizaram o montante de R\$ 149,2 bilhões no exercício de

2021, correspondendo a um aumento de 14,3%, se comparado aos ingressos do exercício anterior.

Dispêndios	Administração Direta		Administração Indireta		Consolidado
Despesa Orçamentária	R\$ 58.767.852.620		R\$ 14.655.430.510		R\$ 73.423.283.130
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 10.142.409.023		R\$ 184.484.014		R\$ 10.326.893.037
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 33.718.514.667	+	R\$ 1.283.668.680	=	R\$ 35.002.183.347
Saldo para o Exercício Seguinte	R\$ 29.695.834.449		R\$ 756.231.675		R\$ 30.452.066.124
Total	R\$ 132.324.610.760		R\$ 16.879.814.878		R\$ 149.204.425.638

- **Despesa Orçamentária** – corresponde a toda transação que depende de autorização legislativa para ser efetivada, na forma de consignação de dotação orçamentária, e classificam-se em despesas ordinárias¹² e em despesas vinculadas¹³, de acordo com sua origem. As despesas orçamentárias executadas em 2021 alcançaram o montante de R\$ 73,4 bilhões, cuja distribuição por fonte de recursos segue demonstrada:

em R\$				
Despesa Orçamentária	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação	%s/ Total
Ordinária	58.633.608.530,89	50.131.045.144,55	17,0%	79,9%
Tesouro Municipal	53.677.891.648,28	45.002.754.017,49	19,3%	73,1%
Recursos Próprios da Administração Indireta	4.727.535.524,85	4.840.550.558,04	-2,3%	6,4%
Recursos Próprios da Empresa Dependente	228.181.357,76	287.740.569,02	-20,7%	0,3%
Vinculada	14.789.674.598,99	14.784.292.269,44	0,0%	20,1%
Operações de Crédito	158.510.077,24	635.355.091,77	-75,1%	0,2%
Transferências Federais	3.367.572.368,76	4.165.060.633,19	-19,1%	4,6%
Transferências Estaduais	889.909.382,02	682.608.452,53	30,4%	1,2%
Fundo Constitucional de Educação	5.468.606.056,33	4.722.008.092,80	15,8%	7,4%
Outras Fontes	94.885.219,98	153.788.270,78	-38,3%	0,1%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	2.983.916.573,78	3.225.678.679,26	-7,5%	4,1%
Alienação de Bens Ativos	92.387.797,18	9.823.342,06	0,0%	0,1%
Depósitos Judiciais	1.171.447.502,00	845.220.425,90	0,0%	1,6%
Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	556.215.296,87	258.447.420,40	0,0%	0,8%
Transf. Fed. - Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	6.042.887,83	-	0,0%	0,0%
Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I	181.437,00	86.301.860,75	0,0%	0,0%
Total	73.423.283.129,88	64.915.337.413,99	13,1%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Observa-se que a fonte Tesouro Municipal (Ordinária) corresponde a 73,1% e tem a maior representatividade em relação ao total da despesa empenhada. Entre os exercícios de 2020 e 2021, a execução das despesas orçamentárias apresentou um aumento de 13,1%.

- **Transferências Financeiras Concedidas** – compreendem as transferências de recursos para órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Sua correspondência no ente receptor, são as Transferências

¹² Despesas Ordinárias: compreendem as de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

¹³ Despesas Vinculadas: compreendem aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

Financeiras Recebidas. Em 2021, totalizaram R\$ 10,3 bilhões, apresentando um decréscimo de 6,9%, se comparado ao montante do exercício anterior, conforme quadro a seguir. Uma análise mais detalhada, demonstrando as transferências concedidas por empresas da administração direta e indireta, consta das Notas Explicativas deste Relatório.

em R\$

Transferências Financeiras Concedidas	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação	% s/ Total
Para Execução Orçamentária	4.074.225.037,87	5.235.370.345,77	-22,2%	39,5%
Independentes de Execução Orçamentária	14.476.262,69	47.179.297,13	-69,3%	0,1%
Para Aportes de Recursos para o RPPS	6.238.191.736,44	5.806.630.476,76	7,4%	60,4%
Para Aportes de Recursos Para o RGPS	-	-	0,0%	0,0%
Total	10.326.893.037,00	11.089.180.119,66	-6,9%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Pagamentos Extraorçamentários** – compreendem os pagamentos não previstos no orçamento, que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária. Os pagamentos desta natureza, inclusive de restos a pagar, somaram R\$ 35,0 bilhões no exercício de 2021, apresentando um aumento de 10,5%, se comparado ao exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

em R\$

Pagamentos Extraorçamentários	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação	% s/ Total
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	3.236.756.942,31	2.405.123.538,30	34,6%	9,2%
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	472.089.567,56	247.762.214,15	90,5%	1,3%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.463.646.346,49	9.711.675.895,71	7,7%	29,9%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	20.829.690.490,45	19.306.596.899,23	7,9%	59,5%
Total	35.002.183.346,81	31.671.158.547,39	10,5%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Saldo para o Exercício Seguinte** – compreendem os saldos dos recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo, que se transferem para o início do exercício seguinte.

em R\$

Saldo para o Exercício Seguinte	Exercício 2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.747.281.858,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.658.593.998,88
Aplicações em Renda Fixa - RPPS	46.190.266,65
Total	30.452.066.124,22

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As disponibilidades existentes no final do exercício de 2021 totalizaram R\$ 30,5 bilhões, apresentando um aumento de 33%, se comparado a exercício anterior.

Disponibilidade Financeira

A movimentação de valores ocorrida no Balanço Financeiro possibilita conhecer a situação das disponibilidades do ente público, através da apuração do resultado financeiro do

exercício. Segue quadro demonstrando a movimentação financeira ocorrida no Balanço Financeiro, no exercício de 2021:

Movimentação Financeira	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Disponível do Exercício (Saldo Inicial)	R\$ 21.997.878.810	R\$ 848.631.259	R\$ 22.846.510.069
(+) Receitas Orçamentárias	R\$ 71.318.811.974	R\$ 5.331.883.915	R\$ 76.650.695.889
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 1.000.484.014	R\$ 9.326.409.023	R\$ 10.326.893.037
(+) Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 38.007.435.963	R\$ 1.372.890.680	R\$ 39.380.326.643
(-) Despesas Orçamentárias	-R\$ 58.767.852.620	-R\$ 14.655.430.510	-R\$ 73.423.283.130
(-) Transferências Financeiras Concedidas	-R\$ 10.142.409.023	-R\$ 184.484.014	-R\$ 10.326.893.037
(-) Pagamentos Extraorçamentários	-R\$ 33.718.514.667	-R\$ 1.283.668.680	-R\$ 35.002.183.347
Disponível para o Exercício Seguinte (Saldo Final)	R\$ 29.695.834.449	R\$ 756.231.675	R\$ 30.452.066.124

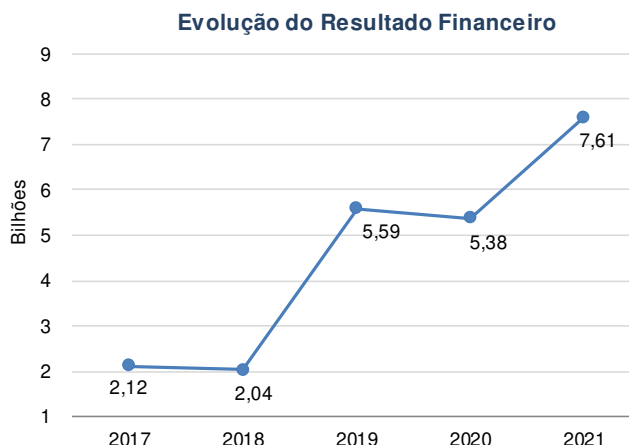
As disponibilidades do Município passaram de R\$ 22,8 bilhões em 2020 para R\$ 30,5 bilhões em 2021, evidenciando-se um resultado financeiro positivo de R\$ 7,6 bilhões no exercício de 2021, conforme demonstrado no quadro e gráfico a seguir:

Apuração do Resultado Financeiro	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	R\$ 29.695.834.449	R\$ 756.231.675	R\$ 30.452.066.124
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	-R\$ 21.997.878.810	-R\$ 848.631.259	-R\$ 22.846.510.069
= Resultado Financeiro do Exercício	R\$ 7.697.955.639	-R\$ 92.399.584	R\$ 7.605.556.055

Nos últimos exercícios o resultado financeiro apresentou a evolução demonstrada no quadro a seguir, onde se observam resultados positivos nos últimos quatro anos:

Ano	Resultado Financeiro
2017	R\$ 2.120.486.617
2018	R\$ 2.037.843.448
2019	R\$ 5.588.055.623
2020	R\$ 5.379.074.704
2021	R\$ 7.605.556.055

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, permitindo aos usuários avaliar como o ente público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Segue quadro demonstrando o resumo das movimentações ocorrida nos Fluxos de Caixa, no exercício de 2021:

em R\$

	Fluxos de Caixa Operacionais	Investimentos	Financiamentos	Geração Líquida de Caixa e Equivalentes
Adm. Direta				
Ingressos	105.234.446.122,50	1.146.898.356,62	2.278.745.046,75	108.660.089.525,87
Desembolsos	(96.000.363.525,49)	(3.027.003.770,29)	(2.992.570.022,79)	(102.019.937.318,57)
Total - Adm. Direta	9.234.082.597,01	(1.880.105.413,67)	(713.824.976,04)	6.640.152.207,30
Adm. Indireta				
Ingressos	15.942.833.495,81	135.469.727,76	-	16.078.303.223,57
Desembolsos	(16.077.783.178,94)	(57.290.277,66)	(1.375.430,29)	(16.136.448.886,89)
Total - Adm. Indireta	(134.949.683,13)	78.179.450,10	(1.375.430,29)	(58.145.663,32)
Total	9.099.132.913,88	(1.801.925.963,57)	(715.200.406,33)	6.582.006.543,98

- **Operacional:** compreende o ingresso de receitas originárias e derivadas, transferências recebidas e outros ingressos operacionais. Os desembolsos compreendem os relacionados às ações públicas, incluindo despesas com pessoal, juros e encargos da dívida e transferências concedidas, além dos demais fluxos que não constem como fluxo financiamento ou de investimento.

Em 2021, o fluxo de caixa operacional apresentou um resultado positivo de R\$ 9,1 bilhões, demonstrando que o Município tem condições de manter sua capacidade operacional, amortizar empréstimos, fazer novos investimentos, etc.

Ingressos		Desembolsos	
Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 52.743.568.819	Pessoal e Demais Despesas	-R\$ 63.330.045.214
Transferências Recebidas	R\$ 30.672.906.976	Juros e Encargos da Dívida	-R\$ 880.998.093
Outros Ingressos Operacionais	R\$ 37.760.803.823	Transferências Concedidas	-R\$ 10.326.893.037
		Outros Desembolsos Operacionais	-R\$ 37.540.210.360
Total	R\$ 121.177.279.618	Total	-R\$ 112.078.146.704
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		R\$ 9.099.132.914	

- **Investimentos:** representam a extensão em que as saídas de caixa são realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade. Somente as saídas de caixa que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.

Em 2021, o fluxo de caixa de investimentos apresentou um saldo negativo de R\$ 1,8 bilhão em decorrência dos desembolsos terem superado os ingressos no período.

Ingressos		Desembolsos	
Alienação de Bens	R\$ 98.215.702	Aquisição de Ativo Não Circulante	-R\$ 2.191.290.005
Amortiz. Emprést. Financ. Concedidos	R\$ 21.443.316	Concessão de Empréstimos e Financ.	R\$ -
Outros Ingressos de Investimento	R\$ 1.162.709.066	Outros Desembolsos de Investimentos	-R\$ 893.004.043
Total	R\$ 1.282.368.084	Total	-R\$ 3.084.294.048
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		-R\$ 1.801.925.964	

- **Financiamento:** estão inclusos neste fluxo os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos. Em 2021, o fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou um saldo negativo de R\$ 0,7 bilhão em decorrência dos desembolsos terem superado os ingressos.

Ingressos			Desembolsos		
Operações de Crédito	R\$	122.178.049	Amortização/Refinanciamento da Dívida	-R\$	2.167.516.516
Transferências de Capital Recebidas	R\$	657.132.980	Outros Desembolsos de Financiamentos	-R\$	826.428.937
Outros Ingressos de Financiamentos	R\$	1.499.434.018			
Total	R\$	2.278.745.047	Total	-R\$	2.993.945.453
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			-R\$ 715.200.406		

- **Geração Líquida de Caixa:** a soma dos três fluxos corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício, denominada de Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa. Em 2021, apresentou um saldo positivo de R\$ 6,6 bilhões, observando que a geração líquida de caixa positiva das atividades operacionais foi suficiente para cobrir a deficiência dos fluxos de caixa de investimento e de financiamento.

Caixa e Equivalentes INICIAL		Ingressos		Desembolsos		Caixa e Equivalentes FINAL
R\$ 18.165.275.315	+	Operacionais R\$ 121.177.279.618		Operacionais -R\$ 112.078.146.704		
		Investimentos R\$ 1.282.368.084	-	Investimentos -R\$ 3.084.294.048		
		Financiamentos R\$ 2.278.745.047		Financiamentos -R\$ 2.993.945.453		
		Total R\$ 124.738.392.749		Total -R\$ 118.156.386.205	=	R\$ 24.747.281.859
				Geração Líquida de Caixa R\$ 6.582.006.544		

Na comparação do saldo final de Caixa e Equivalentes de R\$ 18.147.065.361,81 do exercício de 2020 com o saldo inicial de R\$ 18.165.275.314,71 do exercício de 2021 observa-se uma diferença de R\$ 18.209.952,90 relativa ao saldo de Caixa e Equivalentes da empresa SP-Cine que se tornou dependente neste exercício e passou a compor a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada.

Indicadores Financeiros e de Fluxos de Caixa

Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro: compreende o resultado da relação entre o Resultado Orçamentário (Receita Orçamentária – Despesa Orçamentária) e a Variação do Saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário. Em 2021, observou-se o quociente de 0,42:

Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro	Resultado Orçamentário	=	3.227.412.759,16	=	0,42
	Resultado Financeiro		7.605.556.055,03		

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros: compreende o resultado da relação entre o saldo transferido para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do Resultado Financeiro sobre o Saldo em Espécie. Em 2021, observou-se o quociente de 1,33:

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo em espécie para o exercício seguinte	=	30.452.066.124,22	=	1,33
	Saldo em espécie do exercício anterior		22.846.510.069,19		

Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial: compreende o resultado da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações (CLGO) e o Resultado Patrimonial. Este índice indica a dispersão entre o Fluxo de Caixa das atividades das Operações sobre o resultado patrimonial do exercício.

Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial	CLGO	=	9.099.132.913,88	=	0,7483
	Resultado Patrimonial		12.159.600.997,92		

Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida: este índice é resultante da relação entre o CLGO e o Total do Passivo. Com isso é possível verificar a parcela de obrigações a serem pagas pelos recursos gerados pela PMSP.

Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida	CLGO	=	9.099.132.913,88	=	0,0383
	Total do Passivo		237.781.205.280,36		

Quociente da Atividade Operacional: este quociente é resultante da relação entre o CLGO e o Total da Geração Líquida de Caixa. Indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade atribuída às atividades operacionais.

Quociente da Atividade Operacional	CLGO	=	9.099.132.913,88	=	1,3824
	Geração Líquida Caixa		6.582.006.543,98		

Gestão Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e ao cumprimento de metas de resultado de receitas e despesas e a obediência a limites nela estabelecidos, mediante ações que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelece normas de padrões contábeis e fiscais. Neste sentido, com o objetivo de auxiliar os gestores na elaboração dos demonstrativos fiscais e consolidação das contas públicas, a STN edita, regularmente, o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, contendo regras de harmonização a serem observadas pela Administração Pública para a elaboração dos relatórios e anexos exigidos pela LRF: Anexo de Riscos Fiscais, Anexo de Metas Fiscais, Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Assim, observando o disposto nesses manuais, apresentam-se os principais resultados fiscais alcançados pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2021.

Receita Corrente Líquida

O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida – RCL no mês em referência, sua evolução nos últimos doze meses e a previsão de seu desempenho no exercício. A RCL deverá ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores e contempla as receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

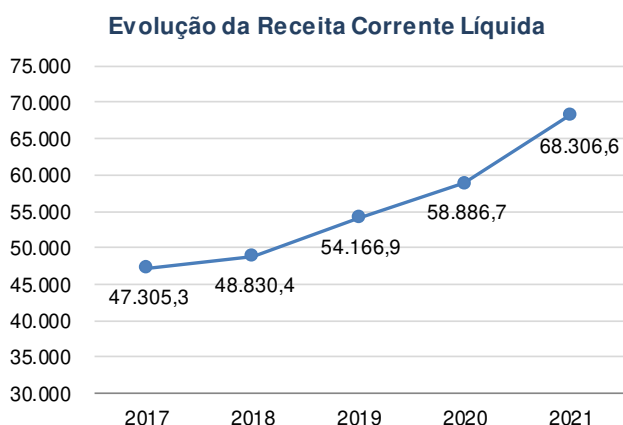
O principal objetivo da RCL é servir de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação.

A Receita Corrente Líquida do Município de São Paulo, apurada no exercício de 2021, atingiu o montante de R\$ 68.306,63 milhões e apresentou a seguinte evolução nos últimos cinco anos:

em Milhões R\$

Ano	RCL	% Acréscimo
2017	R\$ 47.305,3	-
2018	R\$ 48.830,4	3,2%
2019	R\$ 54.166,9	10,9%
2020	R\$ 58.886,7	8,7%
2021	R\$ 68.306,6	16,0%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF



A partir de 2020, a Receita Corrente Líquida do Município de São Paulo utilizada para o cálculo do limite das despesas com pessoal e endividamento passou a não considerar os valores das transferências da União por emendas parlamentares individuais com o objetivo de contemplar a alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 105, de 2019 e o valor do montante em 2021 foi de R\$ 68.251,14 milhões.

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do RPPS que o ente da Federação manter ou vier a instituir, integra o RREO, o qual deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

A institucionalização do RPPS implica em estabelecer contabilidade própria para permitir conhecer, a qualquer momento, a situação econômica, financeira e orçamentária do patrimônio, que é propriedade dos beneficiários da previdência. As mudanças conceituais decorrentes da organização da contabilidade, que visam à transparência do patrimônio real dos beneficiários, não implicam em alterações das exigências estabelecidas na LRF e nas demais leis pertinentes. No Município de São Paulo o ente responsável pelo RPPS é o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM.

Destaca-se que o IPREM apresentou no exercício de 2021 o seguinte Resultado Previdenciário:

Especificação	Valor (em Milhões R\$)
Total das Receitas Previdenciárias	R\$ 4.704,90
Total das Despesas Previdenciárias	-R\$ 10.897,72
Resultado Previdenciário	-R\$ 6.192,82

Fonte: IPREM

Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal

A apuração dos resultados primário e nominal tem como objetivo verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas conforme planejado. As metas fiscais são o elo entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Dessa forma, segundo o artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de Resultado Primário ou Nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Conforme descrito no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF – 11ª edição, o demonstrativo conterá a apuração do Resultado Primário e do Resultado Nominal, por meio das metodologias “acima da linha” e “abaixo da linha”.

A metodologia “acima da linha” apura os valores das receitas e despesas primárias, discriminadas em correntes e de capital, o resultado primário acima da linha, a discriminação da meta de Resultado Primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais, o saldo de exercícios anteriores, a reserva orçamentária do RPPS, os juros e encargos ativos e passivos, o Resultado Nominal acima da linha, e a discriminação da meta de Resultado Nominal estabelecida no Anexo de Metas Fiscais.

A metodologia “abaixo da linha” contém valores do cálculo da dívida consolidada, das deduções e da dívida consolidada líquida, o resultado nominal abaixo da linha, o valor relativo aos ajustes metodológicos (quais sejam, a variação do saldo de restos a pagar processados, Receita de Alienação de Investimentos Permanentes, Passivos Reconhecidos na Dívida Consolidada, Variação Cambial, Pagamento de Precatórios Integrantes da Dívida Consolidada e Outros Ajustes), o Resultado Nominal ajustado – abaixo da linha, os juros ativos e passivos, e o resultado primário – abaixo da linha.

A forma de apresentação dos Resultados Primário e Nominal são convergentes, ou seja, os resultados com sinal positivo, tanto para o resultado primário quanto para o resultado nominal, serão considerados superavit e o sinal negativo será considerado deficit.

Para fins de avaliação do cumprimento das metas de Resultados Primário e Nominal no exercício de 2021, foram considerados os valores do Resultado Primário e Nominal calculados pelo método “acima da linha”, em conformidade com a 11ª edição Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.

De outro lado, por meio do Decreto Legislativo nº 2.494 a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo reconheceu a ocorrência de calamidade pública de forma que o atingimento das metas fiscais estabelecidas está dispensado, conforme preconizado pelo art. 65, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Resultado Primário

O Resultado Primário é obtido a partir do cotejo entre receitas e despesas orçamentárias de um dado período que impactam efetivamente a dívida estatal. Pode ser entendido, então, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública. De acordo com a 11ª edição do MDF, válida para o exercício de 2021, para fins de apuração do Resultado Primário, as receitas e as despesas intraorçamentárias não deverão ser incluídas no cálculo das receitas e das despesas primárias respectivamente.

Na apuração, superávits primários representam aumentos de disponibilidades de caixa, as quais são deduzidas da dívida consolidada para fins do cálculo da dívida consolidada líquida. Em contrapartida, deficits primários têm como consequência a diminuição das disponibilidades de caixa em um período de apuração e a consequente diminuição do montante a ser deduzido da Dívida Consolidada para fins do cálculo da Dívida Consolidada Líquida.

A meta do Resultado Primário para o exercício de 2021, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 17.469/2020) e atualizada pela Lei Municipal nº 17.595/2021 foi de R\$ 2.574,5 milhões negativos. Ao final do exercício, o resultado primário obtido pelo critério “acima da linha”, que representa a diferença entre as receitas primárias totais realizadas e as despesas primárias totais pagas foi de R\$ 8.895,7 milhões, superando a meta estabelecida para o exercício em R\$ 11.470,2 milhões, conforme demonstrado a seguir:

(em Milhões R\$)

Especificação	Receitas Primárias		Despesas Primárias		Resultado Primário
Correntes	R\$ 69.117,85		-R\$ 60.563,24		R\$ 8.554,62
Capital	R\$ 3.341,79		-R\$ 3.000,68		R\$ 341,11
Total	R\$ 72.459,65		-R\$ 63.563,92		R\$ 8.895,72

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Observa-se no demonstrativo a seguir, o comportamento do Resultado Primário dos últimos anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Ano	Meta LDO (a)	Resultado Primário (b)	Diferença c = b - a
2017	11,70	2.719,10	2.707,4
2018	(1.564,40)	3.806,10	5.370,5
2019	765,20	7.226,80	6.461,6
2020	(6.726,40)	5.636,10	12.362,5
2021	(2.574,50)	8.895,70	11.470,2

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF



Resultado Nominal

O resultado nominal representa a variação da Dívida Consolidada Líquida em dado período e pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos). A dívida consolidada líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa e os demais haveres financeiros.

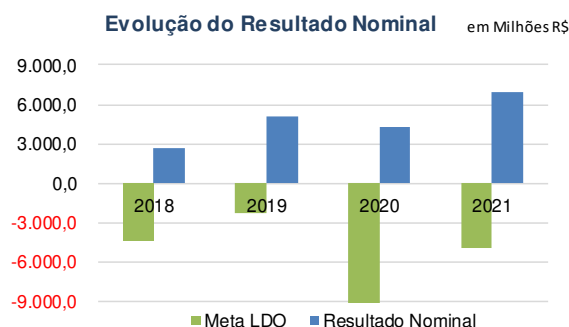
A partir do exercício de 2019, a meta do resultado nominal passou a ser definida e acompanhada pela metodologia Acima da Linha e, quando da avaliação do exercício, comparada com o valor apurado no Resultado Nominal Acima da Linha.

A meta do Resultado Nominal para o exercício de 2021 estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 17.469/2020) e atualizada pela Lei Municipal nº 17.595/2021 foi de R\$ 4.902,7 milhões negativos. Ao final do exercício, o Resultado Nominal obtido pelo critério “acima da linha” foi de R\$ 6.964,4 milhões, indicando que houve uma diminuição da Dívida Consolidada Líquida, superando a meta para o exercício em R\$ 11.867,1 milhões.

Observa-se, no demonstrativo a seguir, o comportamento do resultado nominal dos últimos anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

em Milhões R\$

Ano	Meta LDO (a)	Resultado Nominal (b)	Diferença c = b - a
2017	3.332,4	(4.231,6)	(7.564,0)
2018	(4.347,9)	2.655,4	7.003,3
2019	(2.296,3)	5.079,2	7.375,5
2020	(9.896,2)	4.319,6	14.215,8
2021	(4.902,7)	6.964,4	11.867,1



Obs.: (1) Anos anteriores a 2018, o Resultado Nominal que apresenta sinal positivo é deficitário e, com sinal negativo, superavitário.

(2) A partir do exercício de 2019, a avaliação da meta passou para a metodologia acima da linha.

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

O Demonstrativo apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

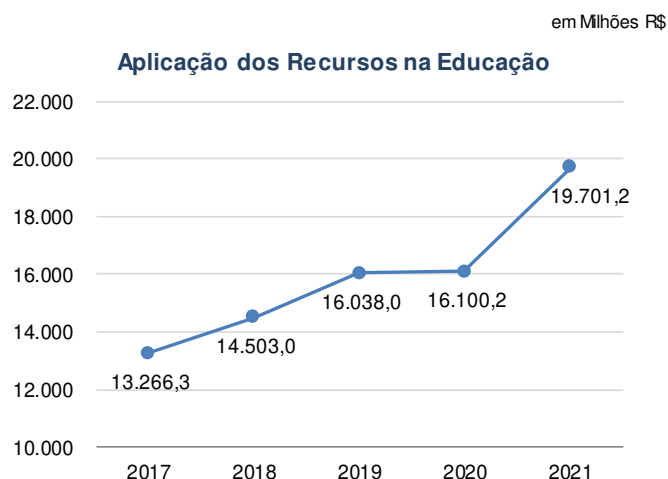
A apresentação deste demonstrativo está prevista no ordenamento jurídico. O art. 72 da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, e alterações, prevê a publicação nos relatórios expressos na Constituição Federal. O art. 165 da Constituição determina a publicação até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Adicionalmente, o art. 52 da LRF, reafirma o prazo de publicação e informa a sua abrangência.

O art. 212 da Constituição Federal estabelece aos Municípios a aplicação mínima de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Entretanto, de acordo com o art. 208 da Lei Orgânica, o Município de São Paulo aplicará, anualmente, no mínimo 31% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva. Porém, com a publicação da Lei nº 16.271/2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação de São Paulo, em seu anexo único, ampliou o percentual mínimo de 31% para 33%.

Em 2021, a despesa empenhada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Educação Inclusiva totalizaram R\$ 19.701,2 milhões, representando 35,23% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências, e, nos últimos anos, apresentou a seguinte evolução:

Ano	Aplicação dos Recursos na Educação	% Gasto Educação
2017	R\$ 13.266,3	35,90%
2018	R\$ 14.503,0	36,85%
2019	R\$ 16.038,0	36,38%
2020	R\$ 16.100,2	35,36%
2021	R\$ 19.701,2	35,23%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF



Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS integra o RREO em cumprimento ao art. 35 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o qual determina que as receitas correntes e as despesas com ações e serviços públicos de saúde serão apuradas e publicadas em demonstrativo próprio que acompanhará o relatório de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

O Demonstrativo tem por finalidade dar transparência e comprovar o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde conforme estabelece os artigos 5º a 11 da LC nº 141/2012, bem como apresentar informações para fins de controle pelo governo e pela sociedade.

As despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) realizadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde. Inclusive o repasse da parcela dos recursos de impostos e transferências constitucionais que os entes da federação devem aplicar em ASPS será feito diretamente ao respectivo Fundo de Saúde e, no caso da União, também às demais unidades orçamentárias do Ministério da Saúde.

Em 2021, a despesa realizada com ações e serviços públicos de saúde atingiu o montante de R\$ 11.899,1 milhões, representando 21,29% do total das receitas correntes nos termos da LC nº 141/2012, que prevê uma despesa mínima de 15% das receitas arrecadadas, demonstrando que o percentual gasto atende e supera o dispositivo constitucional, conforme pode ser observado no demonstrativo a seguir:

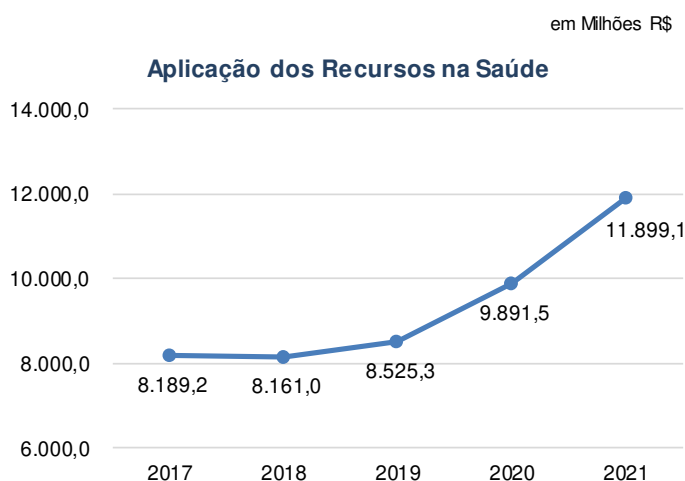
Aplicação de Recursos na Saúde	Valor
Receitas	R\$ 55.881.622.274,91
Receita de Impostos Líquida	R\$ 43.152.100.649,86
Receita de Transferências Constitucionais e Legais	R\$ 12.729.521.625,05
Despesas	R\$ 11.899.121.093,14
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	R\$ 11.899.121.093,14
Percentual de Aplicação (Despesas / Receitas)	21,29%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

A seguir, os valores e percentuais da aplicação de recursos na Saúde nos últimos cinco anos:

Ano	Aplicação dos Recursos na Saúde	% Gasto Saúde
2017	8.189,2	22,17%
2018	8.161,0	20,75%
2019	8.525,3	19,37%
2020	9.891,5	21,79%
2021	11.899,1	21,29%

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF



Demonstrativo da Despesa com Pessoal

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e visa à transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira conferida na forma da Constituição, quanto à adequação aos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Deverá ser elaborado pelos Poderes e órgãos com poder de autogoverno, tais como o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos com servidores ativos, inativos e pensionistas, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais. Na esfera municipal, a despesa total com pessoal não poderá exceder o limite de 60% a ser aplicado sobre a receita corrente líquida, sendo 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.

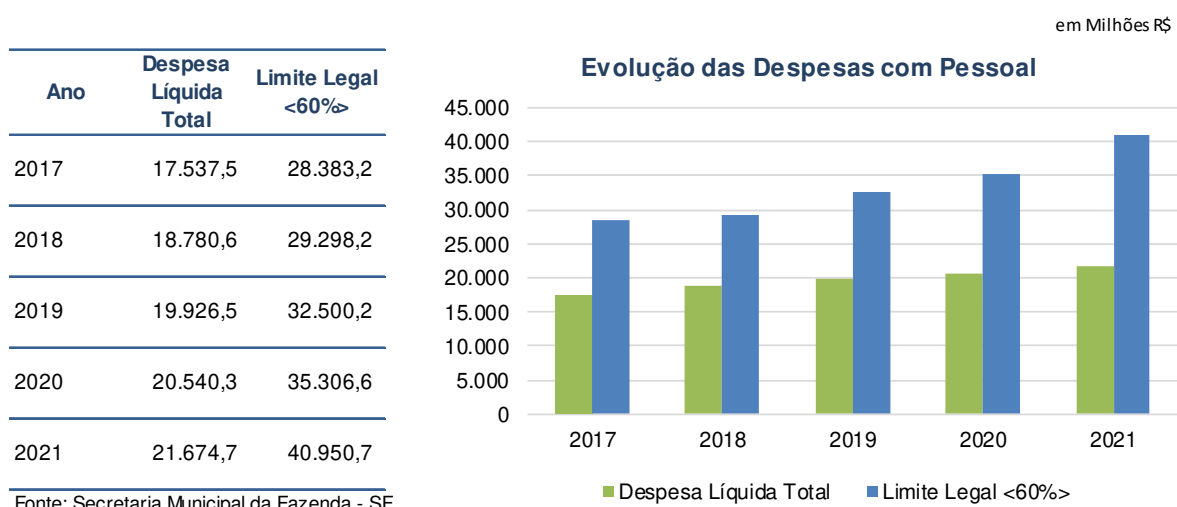
Em 2021, a despesa com pessoal consolidada realizada foi de R\$ \$ 21.674,7 milhões, o que representou 31,8% da RCL. Este percentual congrega 30,6% do Poder Executivo e 1,1% do

Poder Legislativo, sendo que esses percentuais estão abaixo dos 60% do Limite Legal e dos 57% do Limite Prudencial, estabelecidos pela LRF.

em Milhões R\$

Despesa com Pessoal	2017	2018	2019	2020	2021
Poder Executivo (a)	16.936,9	18.026,0	19.154,2	19.761,6	20.895,9
Poder Legislativo (b)	600,6	754,6	772,3	778,7	778,8
Despesa Líquida Total (c) = (a+b)	17.537,5	18.780,6	19.926,5	20.540,3	21.674,7
Receita Corrente Líquida (d)	47.305,3	48.830,4	54.166,9	58.844,3	68.251,1
% Gasto com Pessoal (e) = (c/d)	37,1	38,5	36,8	34,9	31,8
Limite Legal <60%>	28.383,2	29.298,2	32.500,2	35.306,6	40.950,7
Limite Prudencial<95%> do limite legal	26.964,0	27.833,3	30.875,2	33.541,3	38.903,1

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF



Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa apresenta informações sobre a disponibilidade de caixa bruta, as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa líquida para cada recurso vinculado, bem como dos não vinculados. O objetivo do demonstrativo é dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas.

Para o exercício de 2021, a Disponibilidade de Caixa Líquida (Disponibilidade de Caixa Bruta menos as Obrigações Financeiras) totalizou o montante de R\$ 24.793,5 milhões. Após a inscrição dos Restos a Pagar não Processados, a Disponibilidade de Caixa restante foi de R\$ 16.111,4 milhões.

Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta	Obrigações Financeiras	Disponibilidade de Caixa Líquida (ANTES da inscrição em RPNP)	RPNP do Exercício	Disponibilidade de Caixa Líquida (APÓS a inscrição em RPNP)
Recursos Não Vinculados	R\$ 14.218.083.738	R\$ 1.871.193.166	R\$ 12.346.890.572	R\$ 5.225.596.832	R\$ 7.121.293.740
Recursos Vinculados	R\$ 10.575.388.387	R\$ 147.326.839	R\$ 10.428.061.548	R\$ 1.437.965.629	R\$ 8.990.095.919
Total	R\$ 24.793.472.125	R\$ 2.018.520.005	R\$ 22.774.952.121	R\$ 6.663.562.461	R\$ 16.111.389.659

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Nas Obrigações Financeiras estão contemplados os valores de R\$ 323,3 milhões referentes a Créditos de Levantamentos Judiciais, que somente serão reconhecidos como Receita Orçamentária após a identificação por parte da PGM/SMJ, conforme Nota Técnica Conjunta SF/DECON/DEFIN nº 01, de 29/02/2016.

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

O Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal visa facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações para fins de transparência e deverá ser elaborado pelo Poder Executivo, em todos os quadrimestres, e pelos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público, somente no último quadrimestre.

A elaboração deste demonstrativo far-se-á mediante a extração das informações dos Demonstrativos: da Despesa com Pessoal; da Dívida Consolidada Líquida; das Garantias e Contragarantias de Valores; das Operações de Crédito e dos Restos a Pagar.

Segue o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal Consolidado referente ao 3º Quadrimestre/2021:



MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2021

RGF - ANEXO 6 - LRF, art. 48		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida		R\$ 68.306.630.676,06	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		R\$ 68.251.140.178,06	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		R\$ 68.251.140.178,06	
DESPESA COM PESSOAL ¹		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		21.674.704.846,58	31,76%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%		40.950.684.106,84	60,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57%		38.903.149.901,49	57,00%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 54%		36.855.615.696,15	54,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida		18.029.714.152,73	26,42%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		81.901.368.213,67	120,00%
GARANTIAS DE VALORES		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas		-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		15.015.250.839,17	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas ²⁺⁴		115.678.048,70	0,17%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		10.920.182.428,49	16,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		4.777.579.812,46	7,00%
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		6.663.562.461,46	16.111.389.659,13

Fonte: SOF, RGF - Demonstrativos dos Restos a Pagar, da Dívida Consolidada, das Operações de Crédito, das Garantias e Contragarantias e das Despesas com Pessoal

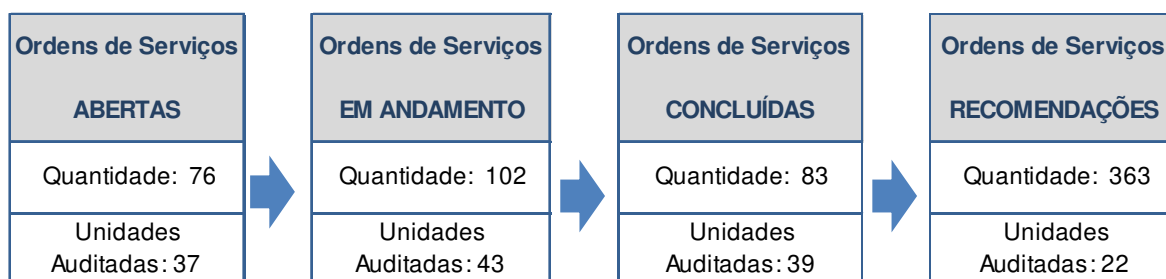
Controladoria Geral do Município - CGM

Principais dados apresentados pela CGM em 2021

Criada em maio de 2013 (Lei nº 15.764/2013), a Controladoria Geral do Município – CGM atua para prevenir e combater a corrupção na gestão municipal, garantir a defesa do patrimônio público, promover a transparência e a participação social e contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Para que seus objetivos sejam atingidos, a CGM é dividida em seis áreas de atuação: Coordenadoria de Auditoria Geral (AUDI), Coordenadoria de Promoção da Integridade (COPI), Corregedoria Geral do Município (CORR), Ouvidoria Geral do Município (OGM), Coordenadoria de Administração e Finanças (CAF) e Coordenadoria de Defesa do Usuário do Serviço Público Municipal (CODUSP).

Com base no levantamento elaborado pela Coordenadoria de Auditoria Interna da Controladoria Geral do Município - AUDI, segue resumo quantitativo das auditorias iniciadas, em andamento e concluídas em 2021, bem como das recomendações expedidas no referido exercício:



Encontram-se publicados no sítio eletrônico da CGM, os Relatórios de Auditorias, Notas Técnicas e Notas de Monitoramento, referentes aos trabalhos concluídos em 2021, bem como, concluídos em exercícios anteriores, especificados pelo número da Ordem de Serviço - OS, Unidade Auditada, Período de Realização e Objeto de Auditoria, através do link:

www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/controladoria_geral/relatorios/index.php?p=172575

Principais Resultados Alcançados no Exercício de 2021

Destacamos a seguir os principais resultados alcançados pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2021:

Exercício 2021	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Resultado Orçamentário	R\$ 12.550.959.353	-R\$ 9.323.546.594	R\$ 3.227.412.759
Superavit Financeiro	R\$ 16.167.633.958	R\$ 338.110.736	R\$ 16.505.744.694
Resultado Primário	R\$ 20.785.005.313	-R\$ 11.889.280.988	R\$ 8.895.724.325
Resultado Patrimonial	R\$ 10.696.943.698	R\$ 1.462.657.300	R\$ 12.159.600.998
Resultado Financeiro	R\$ 7.697.955.639	-R\$ 92.399.584	R\$ 7.605.556.055

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Conclusão

Concluimos o presente Relatório, no qual procuramos abordar os aspectos significativos e relevantes das contas do Exercício de 2021, que foram registrados neste Balanço Geral do Município de São Paulo.

Encerramos, aqui, mais uma etapa, na certeza de que empenhamos nossos maiores esforços para atingir as metas as quais nos propusemos e, para finalizar, agradecemos a todos que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho.

É o que tínhamos a apresentar à Sociedade.

São Paulo, março de 2022.